

4

Epistemologia e Linguagem

Podemos ou não pretender que o conhecimento que produzimos sobre o mundo refere-se a esse mundo seja ele o que for? (Malerba, 2000, p.272)

A questão colocada na epígrafe pode parecer contraditória ou, no mínimo, redundante, tendo em vista o quadro teórico esboçado no capítulo anterior. Chevallard responde claramente pela afirmativa. Não se trata pois, de retomar do zero a discussão, mas, sim, de re-situá-la em um outro contexto e trabalhá-la com mais profundidade. O que está em jogo aqui não é o questionamento da pretensão de um conhecimento real ou verdadeiro sobre o mundo, mas a maneira de apreendermos e qualificarmos o real e o lugar ocupado pela linguagem⁸⁵ nessa apreensão. Essa reflexão se torna ainda mais necessária quando o mundo que desejamos conhecer é o social e, mais particularmente, o cultural.

A introdução da temática da linguagem nessa discussão traz à tona a tensão permanente entre construção de sentidos⁸⁶ (terreno da linguagem) e busca de verdade (terreno da epistemologia)⁸⁷, marca da produção de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais.

Se levarmos em conta as críticas mais radicais levantadas por algumas das perspectivas pós-modernas e/ou pós-estruturalistas, o presente eixo de argumentação será considerado obsoleto. Para os representantes das citadas correntes teóricas, não existe nem mesmo a possibilidade de uma articulação entre

85 Utilizo esse termo na perspectiva da Análise de Discurso aqui privilegiada e que será desenvolvida ao longo da minha argumentação. Assim, a utilização do termo nos limites desta pesquisa não abrangerá o domínio da semiótica, no qual a questão da linguagem pode ser apreendida de forma mais ampla, extrapolando os signos linguísticos.

86 Esse termo pode ser empregado como sinônimo de faculdade de emitir juízos, apreciar, entendimento ou, então, como sinônimo de significado, significação, acepção. Tais definições aparecem, muitas vezes, confundidas no âmbito do conhecimento histórico, como será explicitado na segunda seção deste capítulo.

87 Nesse eixo, é privilegiada a abordagem crítica da epistemologia relativa à esfera de produção dos saberes. Mais precisamente a discussão aqui está centrada na postura filosófica que considera a epistemologia como uma disciplina preocupada em compreender os fundamentos e os mecanismos — processos mentais e atividades de representação — que tornam possível a produção do conhecimento e tornam-na apta a julgar as pretensões de conhecimento nos diferentes domínios (da ciência, da arte, da moral, da religião, etc). Na seção anterior, a reflexão epistemológica, tendo como base a perspectiva desenvolvida por Chevallard, seguiu no sentido de reafirmar sua importância como pressuposto para a própria construção do campo da Didática. Trata-se agora de transformar este pressuposto inicial em objeto de reflexão. Nesse sentido, importa aprofundar as noções de objeto, sujeito, verdade, bem como as relações que se estabelecem entre eles.

esses dois termos. Ao defenderem abertamente o niilismo epistemológico, eles negam a existência de uma realidade material constituída com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos, isto é, de um referente extra-discursivo.⁸⁸ No entanto, minha posição aqui é outra. Aposto, mais uma vez, na possibilidade de trabalhar na tensão, sem negar nenhum de seus pólos.

Início minha argumentação trazendo a fala de Ciro Flamarion Cardoso sobre o conceito de representação social ⁸⁹ no campo da História. A posição defendida por esse historiador é indicadora do quadro teórico mais amplo no qual pretendo construir este eixo da minha discussão

Quando transformada em medida de todas as coisas, porém, evidencia uma das encarnações de forma de idealismo que consiste em acreditar que ‘criamos’ ou ‘constituímos’ o mundo ao nomeá-lo e aplicar-lhe categorias lingüísticas ou processos semióticos de derivação mental. Ora, essa última concepção, por mais difundida que esteja hoje em dia, não goza de consenso. Pessoalmente, pertenço ao grupo daqueles que acham pelo contrário, que, quando se tenta absolutizar essa noção [representação social]— quando ela é tomada literalmente —, ela entra em conflito com o fato óbvio de que não criamos mundos, mas sim estamos em um: um mundo físico que indubitavelmente não criamos e que nos precede de quatro bilhões e seiscentos milhões de ano aproximadamente (segundo o cálculo mais usual da idade deste planeta), e um mundo social que além de preceder nossos ‘textos’ sobre ele, longe está de ter o seu conhecimento redutível a meros efeitos de construções sógnicas. (Cardoso, 2000, p.10)

Parto dos pressupostos apresentados para dialogar com o denso universo da linguagem. Assumo, pois, desde já, ao entrar neste debate, minha condição moderna, que me autoriza a conceber sujeitos e objetos em permanente interação entre si e ambos diferenciados das práticas discursivas que os envolvem e os moldam.

88 Segundo Pulino, Rorty (1967, apud Pulino, 2000, pp 107-112) caracteriza o movimento conhecido por virada lingüística como sendo inicialmente a proposta revolucionária de alguns filósofos dos anos 30 e 60 do século XX que sustentavam que os problemas filosóficos poderiam ser resolvidos pela substituição da epistemologia pela filosofia da linguagem. Em seus estudos, Rorty critica alguns pressupostos que sustentam essa proposta e a radicaliza. Ele coloca em questão a crença de um real que seria a pedra de toque da verdade, incorporando a noção de jogos de linguagem, pela qual a própria noção de "racionalidade se restringe ao vocabulário que se cria". (Pulino, 2000, p.115)

89 Este termo é comumente associado a uma rede conceitual formada por outras noções/conceitos com os quais ele estabelece uma relação de aproximação (linguagem, discurso, prática discursiva, texto) ou de oposição (realidade, ação, contexto, etc). No âmbito da história, a tensão enfocada emerge nos debates entre o uso e abuso deste conceito na prática dos historiadores. Para um maior aprofundamento, ver Cardoso & Malerba (2000) Representações: contribuição a um debate transdisciplinar" Chartier (1988) A história Cultural entre práticas e representações.

Se, por um lado, tal condição permite uma primeira tomada de posição no debate, em termos ontológicos⁹⁰, por outro, não esgota a reflexão sobre a relação entre linguagem, conhecimento e mundo social. A linguagem é um elemento incontornável, quando se trata de pensar e intervir na vida social. De fato, se a linguagem não cria mundos, como afirma Cardoso, sem dúvida, ela cria sentido para os mundos.

O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e **construindo o mundo em significado**. (Fairclough, 2001, p.91) (grifo meu)

A articulação entre Epistemologia e Linguagem tem como objetivo abrir pistas para pensar os saberes em geral, e os saberes históricos em particular, como práticas sociais e discursivas produtoras de verdades e de sentidos nos diferentes níveis de problemática em que estão envolvidos. Essa abordagem permite trabalhar de forma articulada as dimensões explicativas e interpretativas do conhecimento. Utilizando a terminologia empregada por Forquin (1993), ela oferece a possibilidade de articular, no bojo das justificativas fundamentais dos critérios de seleção do saberes escolares, valores de ordem epistemológica, bem como os de ordem política, cultural e ética.

Não cabe aqui, pois, aprofundar as questões colocadas pelas críticas pós-modernas em relação ao papel da linguagem na apreensão da realidade. O diálogo com essas correntes terá lugar nesta pesquisa, na medida em que algumas de suas contribuições foram incorporadas — não sem resistência — pelos campos disciplinares — Educação e História — nos quais ela se insere, mais precisamente

90 Essa afirmação requer, no entanto, um esclarecimento sobre a concepção de ontologia privilegiada. Realidade, nesse sentido, não está sendo pensada na perspectiva dada pela filosofia tradicional, como algo estático e absoluto. Realidade aqui é concebida na perspectiva da teoria simbólica, desenvolvida por Norbert Elias (apud Malerba, 200, p.208), que sugere um mundo em transformação. “Sua ontologia é processual, já que ela busca conhecer não o ser das coisas, mas o sendo das coisas. Nesse sentido, a realidade será sempre correlata à capacidade das sociedades humanas de conhecê-la e transformá-la” (Malerba, 2000,p.208) Assim é que Elias constrói o conceito de “maior ou menor congruência dos símbolos para com a realidade”. Com esse conceito, o autor pretende superar a dicotomia entre o modo de existência e o modo de representação das coisas, respeitando a autonomia relativa de cada um dos pólos, bem como a sua interdependência. A busca de um equilíbrio entre esse dois pólos, isto é, de uma maior congruência entre símbolos e realidade deve ser percebida de forma flexível e contextualizada historicamente. Os símbolos, sejam eles simples palavras ou sínteses discursivas mais ou menos complexas, variam a fim de orientar na vida os sujeitos que os elaboram.

no que diz respeito a algumas vertentes presentes no campo curricular e na abordagem da História cultural.

As principais razões que nortearam a interlocução com o universo da Linguagem⁹¹, nesse eixo de argumentação, são de ordem teórico-metodológicas mais específicas, relativas às exigências do objeto de investigação aqui privilegiado e decorrentes do diálogo travado com Chevallard no capítulo anterior. Em sintonia com as reflexões desse autor, saliento três aspectos que reforçam a citada afirmação⁹².

Em primeiro lugar, como sugere esse didata, o processo de transposição implica em mudanças, adaptações dos saberes transpostos. Transpor os conceitos elaborados no contexto da Didática das Matemáticas para o da Didática da História necessita, pois, de um processo de recriação ou adaptação à ecologia específica dos saberes existentes no novo *habitat* acolhedor. Pensar a necessidade em saberes de História de uma determinada sociedade e as diferentes problemáticas nas quais eles estão envolvidos implica que se articule à reflexão didática mais ampla as discussões de cunho ontológico e epistemológico internas ao próprio campo da História. A teoria do conhecimento histórico, por sua vez, está intimamente relacionada com as questões de linguagem, seja pelo viés da hermenêutica⁹³, seja pelas aproximações e/ou distanciamentos com a teoria literária.

Outro aspecto importante que reforça a pertinência da imersão no universo da Linguagem refere-se, se não à incorporação, à familiaridade de Chevallard com a idéia de “quadro de significância”⁹⁴, pela qual “os significados dos termos,

91 Utilizo a expressão universo da linguagem para referir-me, de forma indiferenciada, às diversas perspectivas e ou domínios de conhecimento, cujo objeto de reflexão é a problemática da Linguagem e sua articulação com a questão do conhecimento. Assim, essa expressão inclui: as filosofias da linguagem, a retórica, algumas teorias sociais (como por exemplo, a Sociologia do Conhecimento, a Psicologia Social), a Lingüística e Análise do Discurso.

92 Importa justificar nessa busca de interlocução com esse universo de linguagem, a ausência, nas minhas reflexões, do diálogo de Berstein (1996), um dos representantes mais significativos do campo da Sociologia da educação, cujo objeto de reflexão é o discurso pedagógico. A opção pela não interlocução justifica-se pelo recorte escolhido e o lugar de onde falo: o campo da Didática.

93 No senso comum, o termo hermenêutica é utilizado como sinônimo de interpretação do sentido das palavras. Em uma perspectiva filosófica, corresponde às correntes preocupadas em fazer progredir a compreensão do Outro, abarcando o mundo dos sentidos, das representações, do simbólico. Nesta pesquisa será privilegiada a perspectiva hermenêutica de Paul Ricoeur (1983-85), cuja reflexão pretende superar as dicotomias, no bojo da própria hermenêutica, entre epistemologia da diferença (ênfase na interpretação) e o monoteísmo metodológico (ênfase na explicação).

94 Termo empregado por Giddens (1978), em Novas regras do método sociológico — uma crítica positiva das sociologias contemporâneas, e que se aproxima do conceito de paradigma elaborado por Khun (1987).

expressões ou descrições devem ser entendidos hermeneuticamente, como determinante na produção do conhecimento” (Giddens, 1978). Essa noção aparece, de forma implícita, no pensamento chevallardiano, principalmente quando ele se propõe a explicar a importância atribuída aos *savoirs savants*, no âmbito da sua teoria. É possível perceber a preocupação do autor em justificar o papel central atribuído a esses saberes nos limites do quadro de significância da racionalidade moderna ocidental, que dá sentido aos termos ciência e instituição escolar. No universo da Educação e, em particular, no da escola, ainda é possível afirmar que a importância atribuída aos saberes acadêmicos faz sentido quando considerado o ponto de vista de seus agentes. A argumentação de Chevallard está longe, pois, de querer impor ou sugerir que essa colocação deva ser necessariamente referência, isto é, considerada válida para aqueles que não pertençam ao mesmo universo de significados, no caso preciso, ao do universo escolar.

O terceiro e último aspecto diz respeito ao fato de Chevallard reconhecer abertamente o papel desempenhado pela dimensão discursiva propriamente dita na problemática dos saberes. Em primeiro lugar, o próprio acesso a esses saberes se faz pela linguagem. É através dela que os saberes encarnam as significações.

O essencial das obras,⁹⁵ grandes e pequenas, da simples obra que descobrimos em família à obra fundadora de uma sociedade, (...), nós as encontramos primeiramente não ‘em situação’, mas sim *in absentia* pelo intermédio da narrativa que nos é feita pela tradução de uma narração — ocasional, que as circunstâncias inspiram ou quase sagradas que a tradição moldou em um formato santificado.^{xli} (Chevallard, 2000a).⁹⁶

10 Chevallard, em estudos mais recentes utiliza o termo obra para referir-se à temática dos saberes: "Chamo obra toda realização humana que responde a questões — que são as razões de ser desta obra.(...) os saberes e também as instituições são obras. Mas os saberes são obras de uma espécie particular: são como as "botas de sete léguas" no percurso das instituições da sociedade e das obras que aí vivem — e que nos permitem viver. Para entrar em uma obra, para apreender as suas razões de ser, é bom passar, o pouco que seja, pelos saberes — saberes de língua, saberes da natureza, saberes da saúde, saberes da Escola, etc)" (s.d) J'appelle oeuvre toute élaboration humaine qui répond à des questions - qui sont les raisons d'être de l'oeuvre.(...) Les savoirs et aussi les institutions, sont des oeuvres. Mais les savoirs sont des oeuvres d'une espèce particulière: ce sont des "bottes de sept lieues" dans le parcours des institutions de la société et des oeuvres qui y vivent - et qui nous permettent d'y vivre. Pour entrer dans une oeuvre, pour en saisir les raisons d'être, il est bon de passer, si peu que ce soit, par des savoirs - savoirs de la langue, savoirs de la nature, savoirs de la santé, savoirs de l'École, etc"

96Poder-se-ia argumentar que Chevallard, nessa passagem, deixa transparecer uma concepção representacional da Linguagem que tem sido alvo de muitas críticas, com as quais concordo em grande parte. No entanto, isso não invalida sua contribuição no sentido de reforçar a necessidade de desenvolver esse eixo de discussão. Mais importante, para esta pesquisa, do que a sua concepção de discurso é sua preocupação em articular os saberes com a dimensão discursiva.

Em seguida, Chevallard, deixando transparecer a importância dessa dimensão, refere-se a podemos supor que o tratamento didático pelos quais passam os saberes no processo de transposição como sendo um momento da “textualização” (*la mise en texte du savoir*, 1991, p.58).

De fato, pela exigência de explicação discursiva, a textualização do saber leva antes de tudo à delimitação de saberes parciais, cada um se exprimindo em um discurso (ficticiamente) autônomo.^{xiii} (Chevallard, 1991, p58)

Os constrangimentos didáticos, como descontextualização, dessincronização, despersonalização, programabilidade, publicidade e o próprio controle das aprendizagens apontadas por Chevallard para o caso das matemáticas, só podem ser compreendidos quando inseridos em uma perspectiva discursiva.

Dessa forma, o presente eixo se propõe a oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a apreensão dos saberes em História, que se materializam no discurso dos PCNs de História, nas falas e textos que emergiram nas aulas observadas, considerados como exemplos de instâncias de didatização diferenciadas. O desafio consiste na construção de um instrumental analítico que permita contemplar tanto a dimensão epistemológica (a busca de verdade), como a dimensão axiológica e simbólica (a construção de sentidos).

Estruturei este capítulo em duas partes. Na primeira, centrei minha reflexão em aspectos de ordem mais geral, buscando o diálogo com autores e a aproximação com perspectivas de análise, em particular com a Análise do Discurso⁹⁷, que me ajudassem a encontrar estratégias metodológicas para apreender meu objeto — saberes históricos — nos diferentes níveis de

97 Por situar-se no entrecruzamento das ciências humanas, a Análise do Discurso não pode ser vista como campo bem delimitado de investigação, mas sim uma forma de apreensão da Linguagem, que visa a incorporar a noção de lugar social nas análises lingüísticas. A perspectiva da Análise do Discurso está presente no seio de diferentes campos disciplinares e é atravessada por diversas correntes teóricas. A busca de articulação entre estudos lingüísticos e teoria social pode assumir diferentes colorações, em função da ênfase dada a um desses pólos. Assim, Fairclough distingue as Análises do Discurso (AD) das Análises Críticas do Discurso (ACD): para as primeiras, a ênfase está posta nos estudos propriamente lingüísticos (orientada textualmente); para as segundas, o olhar das teorias sociais é privilegiado (orientada socialmente). A proposta deste autor — Análise Crítica do Discurso Textualmente Orientada (ACDTO) — é justamente a de elaborar um método que permite reequilibrar estes dois pólos. Nesta pesquisa, trata-se de recorrer à Análise de Discurso como inspiração metodológica capaz de orientar a investigação sobre questões definidas fora do campo lingüístico. Quando utilizar, em minhas argumentações, a expressão Análise de Discurso estarei me referindo à ACDTO.

problematização aqui privilegiados (de transposição e de ensino). Na segunda parte, encaminhei minha discussão para o campo interno da História, sublinhando a articulação estreita entre os saberes e as questões relativas à Linguagem e aprofundando o suficiente para justificar a emergência do terceiro e último eixo deste estudo.

4.1.

Os saberes como práticas discursivas

É importante que a relação entre discurso⁹⁸ e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social do discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é representado idealizadamente como fonte do social. O último talvez seja o erro mais imediatamente perigoso, dada a ênfase nas propriedades constitutivas do discurso em debates contemporâneos. (Fairclough, 2001, p.92)

A citação acima justifica a escolha desse autor para me auxiliar a entrar no universo da Linguagem. Ela explicita sua posição que, referindo-se ao debate interno desse universo, vai ao encontro do quadro teórico mais amplo desta pesquisa. No debate que mobiliza diversos campos disciplinares estão presentes perspectivas teóricas que operam com diferentes concepções de sujeito, de objeto de conhecimento e de linguagem, muitas vezes excludentes.

98 Linguagem e Discurso não são, necessariamente, sinônimos. No entanto, é bastante comum a associação entre estes termos. Eles se aproximam, antes de tudo, por fazerem referência à necessidade de comunicação entre os sujeitos sociais. O termo Discurso é central na perspectiva da Análise do Discurso e, no seu sentido mais abrangente, supõe a articulação da Linguagem com parâmetros de ordem não-lingüística. Dependendo do campo disciplinar e/ou da corrente teórica privilegiada, o termo Discurso assume conotações diferenciadas e muitas vezes contraditórias. Para algumas correntes que privilegiam os estudos lingüísticos, Discurso é sinônimo de amostras ampliadas de diálogo falado. Nesse sentido, análise de discurso é diferente de análise textual. Já em outras abordagens possíveis, o termo faz referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. Por outro lado, o termo Discurso pode enfatizar a interação entre falante e receptor ou entre escritor e leitor, isto é, entre processos de produção e interpretação de fala e escrita, como também o contexto situacional do uso lingüístico. Texto é considerado uma dimensão do Discurso, o produto escrito ou falado do processo de produção textual. Discurso pode ser usado, também, para nomear os diferentes tipos de linguagem usados em diferentes tipos de situação social (por exemplo, discurso da sala de aula, discurso publicitário, discurso acadêmico). Nas perspectivas de orientação social, influenciadas pelas reflexões de Foucault, o termo Discurso pode ser usado para nomear diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social. Neste sentido, fala-se do discurso da ciência médica, ou do discurso historiográfico. Outra marca dessa perspectiva consiste na ênfase na dimensão constitutiva do Discurso: ao invés de apenas refletirem ou representarem entidades, os discursos as constroem ou as constituem, (diferentes discursos constituem entidades-chaves como doenças mentais, cidadania, nação) de diferentes modos, posicionando as pessoas de diferentes maneiras como sujeitos sociais (médico, paciente, brasileiro, estrangeiro, etc). É justamente esta tônica nos efeitos de sentido que será criticada e relativizada por Fairclough.

Em linhas gerais, é possível identificar dois blocos de tensões que, apesar de estreitamente relacionados, não são redutíveis uns aos outros. O primeiro bloco se articula em torno da tensão — mais abrangente e já mencionada no capítulo anterior — entre “paradigma das estruturas” e “paradigma dos atores”⁹⁹.

O segundo bloco agrupa as análises que procuram explicar a articulação entre Linguagem e conhecimento/pensamento no processo de produção de verdades e sentidos, englobando de um lado o pólo das perspectivas defensoras da visão representacionista ou realista e, de outro, os defensores da concepção construcionista¹⁰⁰. Os dois blocos de tensões podem aparecer sobrepostos no seio de um mesmo campo disciplinar, como ocorre em ambos os campos centrais para esta pesquisa: Educação e História

As diferentes perspectivas teóricas presentes no universo da Linguagem foram incorporadas ao campo educacional brasileiro por autores que se filiam tanto às teorias críticas como às teorias pós-críticas ou pós-estruturalistas e têm suscitado questões relevantes para se pensar a problemática dos saberes escolares.

99 No território da Linguagem, mais precisamente no campo da Lingüística, essas posições paradigmáticas se manifestam, por exemplo, na disputa travada entre os herdeiros da Lingüística Saussuriana, inaugurada no início do século XX, e os representantes das perspectivas fenomenológicas, que orientam a vertente que ficou conhecida como Lingüística da Enunciação. Esta tensão é fruto da distinção entre língua e fala/ palavra. O primeiro termo — língua, valorizado pelos defensores das perspectivas estruturalistas/objetivistas, passa a ser visto como uma instituição social ou uma estrutura objetiva, com regras e sentido próprios, enquanto o segundo — a fala ou a palavra, enfocado pelas perspectivas subjetivistas, é apreendido como o ato individual do uso da linguagem. Na perspectiva adotada nesta pesquisa, o termo Discurso procura superar esta visão dicotômica.

100 A visão representacional da linguagem opera com a concepção de conhecimento como espelho do mundo. A linguagem é a representação do pensamento, ela representa idéias feitas por um pensamento silencioso, servindo de mediação entre o pensamento e o mundo das coisas. Esta concepção de linguagem, herdeira da Gramática de Porto Royal do século XVII, esteve presente como pressuposto nos debates entre posições empiristas e intelectualistas filosóficos, acerca do caráter natural ou convencional da linguagem, desde a Antigüidade, e influenciou as lutas internas que marcaram a trajetória de construção do campo das Ciências Sociais nas suas diferentes áreas acadêmicas. Quanto à visão construcionista, ela abrange tanto as concepções mais “fracas” como as mais radicais. Para os representantes das correntes mais fracas (como, por exemplo, o sociointeracionismo em psicologia), o conhecimento é visto como produto da interação entre sujeito e objeto. Neste sentido, eles negam a concepção representacional baseada na teoria do reflexo sem, no entanto, questionar a noção de realidade. Para as tendências construcionistas mais radicais, a própria noção de real — como realidade externa ao sujeito — é questionada, bem como a separação entre o sujeito que conhece e o objeto de conhecimento, correndo-se o risco de cair nas armadilhas do relativismo epistemológico e/ou do reducionismo lingüístico. A perspectiva adotada nesta pesquisa se aproxima das correntes que procuram trabalhar na articulação entre as duas posições. Neste sentido, entende-se que a linguagem não é nem “janela”, nem “espelho” do mundo, e sim que tem uma função representacional — conforme a perspectiva defendida por Elias — que permite afirmar que “tudo que é representação é ‘real’ e tudo que é ‘real’ é representado” (apud, Malerba, 2000, p.211)

Do lado das teorias críticas, foram abertas pistas interessantes para incorporar as perspectivas da Análise do Discurso que enfatizam o papel desempenhado pelas estruturas sociais na construção de sentido das práticas educativas. As pesquisas educacionais que tendem a sublinhar a dimensão política e ideológica do discurso pedagógico produzido pela instituição escolar incluem-se nesta vertente. Visto como uma estratégia — entre outras — de dominação para a reprodução dos interesses dominantes, o discurso tende a ser focado mais em termos de macro-análise institucional do que a partir dos seus desdobramentos em saberes escolares que alimentam as práticas pedagógicas cotidianas.

Nas vertentes pós-críticas, a linguagem assume um papel de destaque para se pensar a própria concepção de currículo, incitando assim, um olhar crítico sobre tais noções. Para os estudiosos dessas vertentes, a discussão tem como alvo o combate à concepção “estática e essencializada de cultura”, bem como à concepção realista e reflexiva do conhecimento, pelas quais o currículo é visto como “simplesmente o reflexo, a reprodução, em escala menor, reduzida e condensada, do conhecimento existente, o qual, por sua vez como vimos, é um reflexo da realidade” (Silva, 1997, p.5)

Tendo como base a crítica às epistemologias realistas, essas vertentes re-significam o termo currículo, articulando-o estreitamente à temática da Linguagem. Na perspectiva pós-crítica, cultura e currículo passam a ser vistos também — e para os mais radicais, exclusivamente — como práticas de significação, diretamente envolvidos na produção de formas de inteligibilidade e de sentido do mundo, inteiramente imersos, pois, na problemática da linguagem e/ou do discurso.

Do ponto de vista analítico, quando nos aproximamos desses textos para destacar precisamente sua dimensão de prática de significação, para flagrar as marcas de suas condições de produção, para tornar visíveis os artifícios de sua construção para ‘decifrar’ os códigos, as convenções pelas quais esses significados particulares foram produzidos para descrever seus efeitos de sentido, podemos passar a vê-los como discurso e os atos, as atividades, o trabalho de sua produção como práticas discursivas. (Silva, 1997, p.7)

Os questionamentos levantados pelas teorias curriculares críticas e pós-críticas e suas respectivas contribuições para o campo educacional não devem ser de forma alguma minimizados quando se trata de refletir sobre os saberes

escolares¹⁰¹. No entanto, argumento que estas reflexões seriam ainda mais instigadoras caso, ao invés de serem percebidas como excludentes, pudessem ser apreendidas de forma articuladas. Ou seja, no lugar de, muitas vezes, reforçarem posições dicotômicas, como estrutura social x sujeito; prática discursiva x prática social, verdade x sentido, macro-análise x micro-análise, texto x estrutura social, etc, buscassem — nas diferenças de suas formulações — meios para matizar suas respectivas ênfases.

A matização requer uma tomada de posição nos debates acima referidos, internos do universo da Linguagem, no sentido de optar por paradigmas que orientem na elaboração do corpo teórico, e, neste caso em particular, na apreensão de alguns conceitos-chave, como cultura, linguagem, texto, discurso e prática discursiva.

É justamente o caminho tentado por Fairclough (2001, p.93), ao propor sua teoria social do discurso — a Análise Crítica do Discurso Textualmente Orientada (ACDTO)¹⁰². A assunção de uma postura dialética frente a essas diferentes perspectivas permite-lhe equacionar de forma satisfatória, no meu entender, a relação entre conhecimento, linguagem e realidade. Para esse autor, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas” (como podem deixar entender muitas vezes as teorias

101 É interessante observar que grande parte das pesquisas sobre essa temática, desenvolvidas no âmbito tanto das teorias curriculares críticas como pós-críticas, tende a procurar inspiração direta ou indiretamente nos trabalhos de Michel Foucault. Este aparente paradoxo pode ser explicado pelo fato de que a "perspectiva de Foucault" muda, dependendo do momento considerado da sua trajetória intelectual. Desta forma, as reflexões desenvolvidas no decorrer da chamada fase arqueológica, nos primeiros anos da década de 70, são mais facilmente aceitas e incorporadas pelas teorias críticas, enquanto que as discussões travadas na sua fase genealógica, no final dessa mesma década, vão plenamente ao encontro dos questionamentos suscitados pela teoria pós-crítica. Essa mudança de foco no pensamento de Foucault, caracterizada pela passagem da arqueologia à genealogia, tem implicações diretas para a sua concepção de discurso ou, como afirma Fairclough (2001, p.75), traduz uma "descentração do discurso". Na primeira fase, a ênfase está colocada no conceito de discurso, tendo como preocupação central "as condições de possibilidade do discurso, sobre as regras de formação que definem possíveis objetos, modalidades enunciativas, sujeitos, conceitos e estratégias de um tipo particular de discurso. A ênfase de Foucault é sobre os domínios de conhecimento que são constituídos por tais regras." (id., 2001, p.62). Já na segunda fase, são as reflexões sobre conhecimento e poder que passam a ser centrais no seu pensamento. Fairclough, que dedica um capítulo inteiro à teoria do discurso no pensamento de Foucault, apóia-se igualmente nas suas contribuições, incorporando, de forma crítica, aspectos tanto da primeira como da segunda fase do filósofo. Ao longo desta seção, retomarei alguns aspectos do diálogo entre Foucault e Fairclough.

102 Cumpre observar que, apesar dos inúmeros trabalhos e livros publicados por Fairclough, limitei-me, nesta pesquisa, a trabalhar com as reflexões desenvolvidas no livro *Discurso e Mudança Social* (2001), onde o autor se preocupa em explicar para pesquisadores de outros campos das ciências sociais a potencialidade teórica-metodológica da abordagem da Análise de Discurso.

curriculares pós-críticas), mas sim "de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas", sem, no entanto, negar a participação ativa dos sujeitos neste processo (como defendem algumas correntes da teoria educacional crítica).

Para a elaboração de sua teoria, Fairclough dialoga com e contra representantes de diferentes correntes teóricas, de diversos campos disciplinares, que, direta ou indiretamente, desenvolveram reflexões sobre a temática da Linguagem¹⁰³. Dessa forma, ele incorpora e rejeita idéias e categorias, com o intuito de construir a sua própria perspectiva teórica.

Em um primeiro movimento, Fairclough se distancia dos cientistas sociais e se aproxima dos lingüistas tradicionais. Preocupado em focalizar também a Linguagem, o autor emprega Discurso em um sentido mais estrito do que, geralmente, empregado pelos primeiros ao se referir ao uso da linguagem falada ou escrita. No entanto, tendo como base as contribuições dos sociolingüistas e contrariamente aos defensores da lingüística estruturalista¹⁰⁴, Fairclough argumenta que o uso da linguagem é moldado socialmente e não individualmente, o que torna possível seu estudo científico. Para a vertente sociolingüística, a linguagem varia de acordo com a natureza da relação entre os participantes em diversas situações de interação. As variações, por sua vez, podem ser apreendidas de forma sistemática, em função de sua correlação com as variáveis sociais.

Fairclough, todavia, distancia-se, em alguns aspectos, desta perspectiva, apontando duas limitações. A primeira consiste no fato desta perspectiva colocar a ênfase nas mudanças da língua em função dos fatores sociais, tendendo a excluir do campo de análise o movimento inverso, isto é, a possibilidade do uso da linguagem contribuir também para a constituição, reprodução e transformação das estruturas e práticas sociais.

A segunda limitação diz respeito à superficialidade do entendimento dos defensores dessa vertente em relação às variáveis sociais que se correlacionam com as variáveis críticas. Segundo Fairclough, as propriedades do uso da linguagem são também influenciadas por variáveis sociais de natureza mais

103 Entre eles destacam-se: Halliday, Pecheux, Foucault, Baktin, Gramsci, Althusser.

104 Para os herdeiros de Saussure, o estudo sistemático da língua deve ser o estudo do próprio sistema — *la langue* — e não o seu uso, identificado com a fala. Assim, é possível afirmar que estes estudiosos identificam, em suas análises, a fala, para em seguida ignorá-la.

profunda (relações de classe, modos em que as instituições sociais são articuladas na formação social, etc) do que as variáveis situacionais.

O conceito de discurso tridimensional construído por Fairclough é, pois, o resultado de aproximações e distanciamentos em relação às contribuições de diferentes tradições analíticas¹⁰⁵, permitindo que o termo possa ser compreendido ao mesmo tempo como representação do mundo e como modo de ação sobre o mesmo.

Minha abordagem tridimensional permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social. (Fairclough, 2001, p.27)

Para o autor, qualquer evento discursivo (qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente como: um texto, um exemplo de prática discursiva¹⁰⁶ e um exemplo de prática social. A dimensão textual implica que a análise do discurso se preocupe com a análise lingüística de textos (qualquer produto escrito ou falado). A segunda dimensão exige que a análise discursiva enfoque igualmente as modalidades de interação de discurso, especificando a natureza dos processos de produção, distribuição e interpretação textual. E, por fim, a terceira dimensão desperta questões de interesse da análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos referidos anteriormente (Fairclough, 2001, p.22). Essa concepção tridimensional valoriza a polissemia do próprio termo Discurso.

Desse ponto de vista, a capacidade da palavra ‘discurso’ de referir-se às estruturas de convenção que subjazem os eventos discursivos reais, assim como aos próprios eventos, é uma ambigüidade feliz, mesmo se de outros pontos de vistas possa gerar confusão. (Fairclough, 2001, p.93)

105 "A tradição textual e lingüística detalhada na Lingüística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e à tradição interpretativa ou microsociológica de análise da prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados." (Fairclough, 2001, p.100)

106 Cumpre observar que Fairclough usa essa expressão em dois sentidos diferentes. O primeiro, refere-se a uma das três dimensões de sua concepção de discurso. O segundo, está relacionado à dimensão propriamente discursiva das práticas sociais em geral, aproximando-a assim, da noção de dimensão textual inerente a todo discurso.

O Discurso é, dessa forma, determinado pelas estruturas sociais, bem como é socialmente constitutivo. “O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem” (Fairclough, 2001, p.90).

Esta argumentação em defesa da dimensão constitutiva do discurso em Fairclough assume características particulares que merecem ser destacadas. Apesar de reconhecer a contribuição valiosa de Foucault para a reflexão sobre as propriedades constitutivas do discurso, Fairclough manifesta algumas reservas sobre alguns aspectos do pensamento deste autor. No seu entender, Foucault tende a reforçar uma visão unilateral e esquemática dos efeitos do discurso tanto no que se refere aos objetos como aos sujeitos sociais. Essas reservas são em termos das perspectivas ontológica e epistemológica, privilegiadas na análise da teoria social do discurso de Foucault.

Em relação à perspectiva ontológica, Fairclough chama atenção para algumas distinções e nuances importantes que poderiam evitar certos exageros. Com respeito aos objetos, isto é, à concepção de real, torna-se indispensável a distinção entre os termos referência e significação. Como sublinha Fairclough (2001, p.87),

Com respeito aos objetos, talvez seja útil usar ambos os termos referência e significação: o discurso inclui **referência** a objetos pré-constituídos, tanto quanto a **significação** criativa é constitutiva dos objetos. (grifo meu)

Em relação à concepção dos sujeitos sociais na apreensão destes objetos, a ênfase nas análises macrosociológicas pode levar a uma supervalorização dos efeitos de poder¹⁰⁷ na constituição dos sujeitos e a uma minimização das possibilidades de resistência dos mesmos.

Isso também sugere que os sujeitos sociais constituídos não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes, e entre outras coisas de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem. (id., p.87)

107 Essa é, aliás, uma das razões apontadas por Fairclough para justificar sua busca de interlocução com Gramsci e incorporar à sua Teoria Social do Discurso o conceito de hegemonia desenvolvido no quadro teórico desse filósofo e cientista político.

Para Fairclough, essas “fraquezas relevantes” (id., p.82) encontradas na teoria do discurso de Foucault — que fazem com que seu olhar acabe dando mais peso às estruturas discursivas em detrimento das práticas e dos sujeitos — deve-se ao fato deste autor não incluir em suas reflexões a análise discursiva e lingüística dos textos reais. A ausência deste tipo de análise em Foucault se explica pela falta de precisão do próprio conceito de prática — isto é, de “exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas (id. p.83). Foucault define a prática discursiva como “um sistema de regras anônimas, históricas” (Foucault, 1972, p.117, apud Fairclough, 2001, p.83), o que, para Fairclough, corresponde a reduzir a noção de prática ao seu inverso, isto é, a estruturas. Torna-se, pois, fundamental, na perspectiva adotada por Fairclough, trazer a dimensão prática, em suas instâncias concretas, para observação e análise.

Aqui, de novo, **as análises da prática do real e do texto** são um corretivo importante ao exagero de Foucault sobre os efeitos constitutivos do discurso. (Fairclough, 2001, p.87)(grifo meu)

Nessa perspectiva, o autor identifica três aspectos dos efeitos constitutivos do discurso em correlação com as três funções da linguagem e, conseqüentemente, com as dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso: a função identitária, a função relacional e a função ideacional. A primeira função permite compreender a contribuição do discurso na construção das identidades sociais e as posições de sujeito em relação aos tipos de “eu/nós” e de “outro”. Já a segunda oferece pistas para a compreensão da contribuição do discurso na construção das relações sociais entre os participantes, isto é, como essas relações são representadas e negociadas. Por fim, a função ideacional permite pensar como o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crenças, na medida em que diz respeito aos modos “pelos quais os textos significam o mundo e os seus processos, entidades e relações” (id., p.92).

Em cada uma das dimensões — texto, prática discursiva e prática social — inerentes a qualquer evento discursivo é possível perceber em maior ou menor grau de intensidade a presença dos três aspectos constitutivos do Discurso.

Com base no enfoque tridimensional e multifuncional, Fairclough constrói e reelabora os conceitos-chaves da sua teoria social do Discurso e do método de abordagem discursivo proposto. Conceitos, como, por exemplo, os de coerência,

intertextualidade, ordem de discurso e hegemonia ocupam lugar central em cada uma das dimensões apresentadas.

Minha formulação da análise na dimensão da prática discursiva está centrada no conceito de **intertextualidade**. Entretanto, minha formulação da análise na dimensão da prática social está centrada nos conceitos de **ideologia** e essencialmente de **hegemonia** no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de conhecimento. (Fairclough, 2001, p.28)

Esse tipo de abordagem oferece pistas interessantes para pensar a temática central desta pesquisa. Em primeiro lugar, pelo fato de permitir que a prática discursiva seja vista como uma dimensão da prática social sem, contudo, confundir-se com ela. Toda prática discursiva é uma prática social, mas nem toda prática social é uma prática discursiva.

A prática social tem várias orientações — econômica, política, cultural, ideológica — e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações ao discurso. (id., p.94)

Fairclough exemplifica esta afirmação na passagem em que descreve a prática econômica:

Por exemplo, há várias maneiras de que se pode dizer que o discurso é um modo de prática econômica: o discurso figura em proporções variáveis como um constituinte da prática econômica de natureza basicamente não-discursiva, como a construção de pontes ou a produção de máquinas de lavar roupa; há formas de prática econômica que são de natureza basicamente discursiva como a bolsa de valores, o jornalismo ou a produção de novelas para a televisão. Além disso, a ordem sociolinguística de uma sociedade pode ser estruturada pelo menos parcialmente como um mercado onde os textos são produzidos, distribuídos e consumidos como mercadorias. (Fairclough, 2001, p.94)

Tal percepção permite colocar o foco da análise no que torna o discurso semelhante a outras formas de prática social, bem como no que torna a prática discursiva especificamente discursiva, isto é, a linguagem. Como sugere Fairclough (2001, p.99)

Parte da resposta está evidentemente na linguagem: a prática discursiva manifesta-se em forma linguística, na forma que referirei como textos, usando ‘texto’ no sentido amplo de Halliday, linguagem falada e escrita (Halliday, 1978). A prática

social (política, ideológica, etc) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto.

No caso específico do objeto de investigação desta pesquisa — as tramas de didatização dos saberes de História — este tipo de distinção é fundamental. A dimensão discursiva está duplamente presente: nos suportes onde os saberes são objetivados — textos curriculares, livros didáticos e qualquer outro tipo de “textos de saber”¹⁰⁸ elaborados e/ou utilizados em sala de aula — e na natureza epistemológica do saber disciplinar. Importa aqui lembrar que, segundo as posições defendidas por Chevallard, é possível afirmar que nas situações didáticas escolares a prática discursiva, se não constitui inteiramente a prática social, ocupa um lugar central.

A concepção de Discurso privilegiada impede que essa dimensão discursiva seja minimizada sem, contudo, autorizar a percepção dos saberes de forma desvinculada de outras práticas sociais de dimensões não discursivas, em especial das práticas políticas e culturais.

Uma segunda potencialidade da ACDTO consiste em oferecer subsídios para a reflexão sobre a questão da busca da verdade, um dos pólos da tensão central nesta pesquisa. Ao mesmo tempo em que critica a visão representacional da linguagem¹⁰⁹, esta abordagem não nega a existência de um referente extra-discursivo, tornando-se assim possível pensar o real e sua relação com a verdade do ponto de vista epistemológico.

Fairclough aponta igualmente para a necessidade de problematizar e (re)significar o real quando afirma que “o que é específico de uma prática discursiva particular depende da prática social da qual é uma faceta” (id., p.276). No caso específico deste estudo, as questões são colocadas no terreno da Didática da História. Importa, portanto, centrar o olhar na prática social da qual os saberes escolares podem ser apreendidos como a sua faceta discursiva. Esta colocação reforça a necessidade de refletir sobre a especificidade da natureza discursiva e epistemológica do conhecimento histórico.

Em seguida, um terceiro e último aspecto que merece ser destacado na abordagem desse autor consiste no fato de permitir apreender o papel

108 Chevallard denomina de “texto de saber” os conteúdos de ensino que já sofreram algum preparo didático com o objetivo de se tornarem saber aprendido pelos alunos.

109 No sentido de linguagem como espelho de mundo e não na perspectiva desenvolvida por Elias, mencionada anteriormente. Cf nota de página 92

desempenhado pela linguagem na construção de sentidos e de verdades de forma bem mais complexa, oferecendo pistas para pensar o espaço discursivo como lugar de confrontos no qual também ocorrem lutas pela transformação nas relações de poder. Esse posicionamento diminui a ênfase exagerada no papel de manutenção da dominação, desempenhado pela dimensão ideológica dos textos lingüísticos, presente, de maneira geral, nas análises de discurso desenvolvidas no âmbito das teorias sociais. Nessa perspectiva, os discursos reproduzem e produzem significados, apontando a possibilidade do reconhecimento da mudança discursiva não ser apenas um reflexo das mudanças sociais. A incorporação da dimensão prática, tal como entendida por Fairclough, permite a análise “dos mecanismos detalhados de mudança”, apontando a possibilidade de se pensar as estruturas como sendo reproduzidas e transformadas também na prática discursiva: “As práticas discursivas em mudança contribuem para modificar o **conhecimento** (incluindo crenças e o senso comum), as relações sociais e as **identidades sociais**” (Fairclough, 2001, p.27)(grifo meu.)

As potencialidades apontadas na proposta da Análise de Discurso (ACDTO) pareceram-me fecundas o suficiente para orientar metodologicamente esta pesquisa sobre os saberes escolares vistos como configurações discursivas no âmbito de uma disciplina específica. Elas indicam possibilidades de análise que tendem a superar visões dicotômicas, permitindo que verdades e sentidos possam ser apreendidos como faces imprescindíveis desses saberes em suas diferentes esferas de problematização. Importa agora perceber como as questões e orientações metodológicas apresentadas podem ser desdobradas no âmbito da História.

4.2.

O saber histórico e a questão da linguagem

Há mais de um século aqueles que se interessam pela história, e eles são numerosos, lutam com a palavra. (apud Rancière, 1994, p.9)

A questão da Linguagem fica mais premente quando o objeto de pesquisa privilegiado é produzido e pensado no âmbito da História. A polissemia do próprio termo História, que significa tanto as experiências vividas, como o relato

dessas vivências¹¹⁰, traz à tona algumas das principais tensões de ordem epistemológica¹¹¹ que marcam este campo e estão diretamente relacionadas com a dimensão discursiva.

É necessária a confusão da língua para medir em seu rigor o dilema: a ciência histórica nova não devia mais ser uma história, mas devia ainda ser uma. A diferença da história-ciência para a história-relato devia ser produzida no seio do relato, com suas palavras e o seu uso das palavras” (Rancière, 1994, p.11)

Constatar a homonímia de nossa língua coloca-nos frente a frente com as questões de verdade e de sentido na produção do conhecimento histórico. Basta uma aproximação, mesmo que superficial, com a literatura especializada da área, em particular a dos últimos vinte anos — Stone (1975), Hobsbawn (1980), Carr (1986), Koselleck (1990, 1992, 1997), White (1992), Bann (1994), Rancière (1994), Hartog (1995), Cardoso H. (1996), Prost (1996), Cardoso C.F (1997), Rüsen (1997,1998), Dosse,(1999, 2001), Bodei, (2001), Cardoso & Malerba (2000), Falcon (2001) —, para nos darmos conta da atualidade, abrangência e complexidade do dilema apontado por Rancière.

A relação estabelecida entre esse campo de conhecimento e a palavra é bastante antiga, sem, no entanto, ter sido sempre conflituosa. Como afirma Stone (1991, p.13), durante dois séculos a História foi vista “como um ramo da retórica”, não adquirindo, como tal, nenhuma reputação negativa. Ou então, nas palavras de Rüsen (1998, p.312) “(...) na tradição pré-moderna, a Retórica da obra

110 Importa sublinhar que se trata da concepção moderna do termo História. Para uma análise aprofundada da emergência desse conceito na modernidade, ver Reinhart Koselleck, *L’expérience de l’histoire*, Gallimard/Seuil, 1997), em especial o primeiro capítulo *Le concept d’histoire*, publicado pela primeira vez em alemão, em 1975. Esse autor (p.26) identifica três significados, de igual importância, atribuídos a essa expressão a partir do século XVIII e que permanecem na atualidade: 1) o que aconteceu, uma coisa passada; 2) o relato de uma tal história ou dos acontecimentos passados e 3) o conhecimento dos acontecimentos passados, o conhecimento histórico. Tendo em vista o objeto desta pesquisa, tomarei como ponto inicial para minha reflexão o momento na trajetória de construção desse conceito que coincide com a emergência da História como disciplina acadêmica na modernidade. Isto significa que o saber histórico aqui observado nas suas diferentes esferas de problematização é um saber produto e produtor da modernidade.

111 Embora utilize o termo epistemológico, essas tensões abarcam não apenas a questão da verdade, como também as dimensões ontológicas (concepção de real) e metodológicas (questões sobre o método apropriado). Esta opção se justifica por entender que a concepção de verdade está direta ou indiretamente vinculada à forma como as duas outras dimensões estão articuladas.

dos historiadores foi discutida como prática literária da narração orientada por critérios de verdade.¹¹²

A questão da linguagem torna-se problemática para os historiadores quando, no século XIX, eles começam a reivindicar para seu saber o status de ciência. A transformação da História em disciplina acadêmica corresponde justamente à tentativa, por parte dos historiadores da época, de se distanciar do universo das artes, mais precisamente, o da literatura. Dosse (1999a, p.6) afirma que “a história como modo de discurso específico nasceu de uma lenta emergência e cortes sucessivos com o gênero literário, em torno da busca da verdade”.

A idéia de que a concepção moderna de História organizou-se “a partir de um repúdio de qualquer perspectiva que envolva o contato do historiador com a ficção” (Araújo, 1998, p.225) encontrou grande repercussão na comunidade científica de historiadores. Como lembra Schapochnik (1996, p.170), “O novo historiador enxergava-se como um homem de ciência, não como um homem de letras, sua obediência deveria orientá-lo para a precisão fátual em vez de para o estilo (...)”. A entrada desse saber na modernidade tornou a temática da Linguagem um problema epistemológico essencial para este campo¹¹³, cuja resolução está ainda longe de ser alcançada, pelo menos em termos de unanimidade.

112 Historiadores como Michelet e Thierry foram estigmatizados pelas suas preocupações com a escrita da História vista como “veleidades literárias” pelos historiadores positivistas. Segundo Shapochnik (1996, p.170): “O sonho de Michelet foi um sonho de autor: criar uma nova linguagem, ou como ele próprio escreveu “arriscar uma nova linguagem (...) a linguagem de um jeito sério e carinhoso como Rabelais”.

113 Cumpre observar, no entanto, que durante a primeira “vaga” (cf. nota de página a seguir) de processo de racionalização do saber histórico, a preocupação era essencialmente de “provar a veracidade” dos fatos estabelecidos sem problematizar a natureza desses mesmos fatos, isto é, como eles eram estabelecidos. Daí que, em termos da interpretação ou explicação histórica, terrenos onde a articulação com a linguagem se faz indispensável, a passagem da retórica à poética (a explicação narrativa) não se colocava ainda como um problema. Como afirma Schapochnik (1996, p.171) “O privilégio da observação na filosofia da ciência oitocentista estava articulado à noção paradoxal de que a observação seria, por alguma razão extralingüística, um meio mais seguro que a linguagem. A disposição de ir aos arquivos e bibliotecas, despojado de qualquer preconceitos, ler os documentos para, em seguida, compor um relato fiel do passado parecia indicar também uma opção deliberada pela ocultação da dimensão construtiva na operação historiográfica.”

Rüsen (1997), ao explicar esse processo de modernização, isto é, de racionalização do pensamento histórico¹¹⁴, sublinha dois traços comuns às diferentes correntes historiográficas modernas. O primeiro consiste na própria idéia “da” História, que passa a ser representada mentalmente como uma totalidade¹¹⁵ abrangente, compreendida como um “singular coletivo” (Koselleck, 1997)¹¹⁶, no qual pretensão científica e função social e política coincidem, fazendo interagir passado, presente e futuro num processo contínuo¹¹⁷. A História se autonomiza e passa a ser conhecimento dela mesmo, acarretando uma mudança do registro de historicidade: da História retórica, vista como “mestre da vida”, onde se percebia uma nítida separação entre história vivida e história narrada, à uma entidade chamada História com essência própria, desvinculada das inúmeras histórias particulares.

114 Rüsen (1997) identifica “três ondas ou surtos evolutivos” desta racionalização: o iluminismo, o historicismo do século XIX, ambos centrados na construção e sistematização do método histórico e a terceira onda, já no século XX, representada pelo paradigma marxista, ou da escola francesa em torno dos *Annales*, e a concepção alemã de história social, que tinham em comum a utilização de construções teóricas como meios e interpretação histórica. Já segundo Stone (1979), é possível identificar diferentes modalidades de “história científica”. A primeira data do século XIX, tendo característica central o trabalho da crítica documental. Os três outros tipos se distinguem menos pelos pela questão das fontes — cuja importância continua sendo reconhecida — do que pelos novos métodos privilegiados: a história marxista, (1930-1950) a história produzida pelo modelo ecológico-demográfico francês (1950-1970) e a metodologia cliométrica americana (1960-70). Incluem-se ainda nessa classificação científica outras vertentes paradigmáticas que se debruçaram sobre a questão da transformação histórica, como, por exemplo, o estruturalismo francês e o funcionalismo parsoniano.

115 Dependendo do paradigma e/ou da corrente historiográfica, a História, como totalidade, pode assumir diferentes nomes: progresso (vertente iluminista) desenvolvimento (historicismo), estrutura e processo (marxismo, *Annales*) e, mais recentemente, a noção de narrativa, articulada à noção de intriga ou enredo (algumas correntes orientadas pela guinada interpretativa).

116 Importa sublinhar a importância da história dos conceitos desenvolvida por Reinhart Koselleck. Segundo esse historiador: “O estudo dos conceitos, de sua história na linguagem é uma condição mínima do conhecimento histórico, assim como a definição de história relacionada às sociedades humanas” (Koselleck, 1997, p.103). Koselleck privilegia o campo da linguagem, os textos, o conceito, sem confundir, no entanto, prática discursiva com prática social, texto e contexto. Este autor atribui um grau de autonomia à linguagem que lhe permite reconhecer as transformações, as mudanças discursivas sem que estejam sempre atreladas mecanicamente às transformações sociais. Em relação à concepção da linguagem, é possível aproximar Koselleck de Fairclough. Algumas de suas reflexões foram incorporadas neste estudo, em especial sua discussão sobre os conceitos de história e de tempo histórico. No entanto, o recorte escolhido nesta pesquisa e o fato de ter optado, como “porta de entrada” para a apreensão dos saberes, pela categoria de “narrativa histórica”, fez com que a perspectiva teórico-metodológica deste autor não fosse privilegiada no presente trabalho.

117 Cumpre observar que é nesse momento também que se forja a concepção de tempo histórico: “A emergência de um tempo de natureza histórica no conceito de história coincide com a experiência de tempos modernos” (Koselleck, 1997, p21) Retomarei esta discussão mais adiante.

O essencial é que um patamar foi transposto no último terço do século XVIII. Os três níveis, os fatos, seu relato e seu conhecimento científico, são agora subsumidos em um só conceito comum de “história” (Geschichte).^{xliii} (Koselleck, 1997, p.27)

Esse traço é fundamental para entender a especificidade epistemológica do saber histórico em termos da sua capacidade de absorção da dimensão axiológica articulada à dimensão racional. Koselleck (id., 1997), ao resgatar a trajetória de construção do conceito moderno de História, chama a atenção para o fato de que a utilização política desta noção corresponde a uma das condições de possibilidade de tal conhecimento, reunidas no final do século XVIII. A partir do momento em que a História não é mais compreendida como “a ciência do passado, mas como um espaço de experiência e um instrumento de reflexão orientando cada tentativa de ação”^{xliv} (Koselleck, 1997, p.72), evidencia-se a dificuldade de separação entre pressupostos epistemológicos e metodológicos, que assegurem a verdade, e pressupostos ideológicos (incluindo a crítica ideológica), que preservem sua função social e política.

A querela em torno da história, em torno de seu conceito nomeadamente, não é uma simples querela de método, de teoria ou de política científica. Ela concerne uma dimensão política e social profunda do campo semântico; de fato, uma força integradora e distanciadora susceptível de motivar a ação política é inerente a este conceito de história, entendido como conceito geral do movimento.^{xlv} (Koselleck, 1997, p.89)

O segundo traço diz respeito à convicção da existência de um método histórico¹¹⁸ e constitui a base sob a qual se desenvolve a argumentação racional pela busca da verdade¹¹⁹ neste campo. A objetividade passa a ser vista como

118 Quanto a este segundo traço, ele assume diferentes modalidades desde o século XIX. Dependendo da perspectiva teórica moderna adotada tende-se a tomar a crítica das fontes e/ou a interpretação do historiador como a questão essencial do método de pesquisa histórica, bem como a assunção de forma implícita ou explícita da possibilidade e pertinência da construção de uma teoria.

119 O processo de racionalização acima mencionado, embora não tenha inaugurado o compromisso com a verdade, trouxe mudanças substantivas na medida em que re-significa o próprio termo. Até então a verdade em História estava associada a uma competência moral e pragmática, apta a produzir “regras de agir impregnadas pela experiência prática” (Rüsen, 1998, p.316). Cabia à historiografia organizar as vivências do passado na forma de uma narração que tenha uma moral, uma mensagem na forma de regras gerais e princípios embasados na vivência do agir humano” (id.).

“estratégia de conhecimento no trato com a vivência do passado” (Rüsen, 1998, p.317)¹²⁰, capaz de garantir a veracidade da mesma.

Todavia, apesar dos cortes sucessivos e das tentativas de distanciamento com as formas pré-modernas de fazer História, a relação com a dimensão discursiva, em particular com a dimensão narrativa, como veremos mais adiante, permanece intensa na concepção moderna (e pós-moderna) de História. Ela torna-se, para esse campo, uma zona de fronteira movediça, pela qual têm penetrado as dúvidas e questionamentos sobre a possibilidade de atribuir-lhe plenamente o adjetivo científico¹²¹. A dimensão discursiva evidencia o papel intrínseco da subjetividade na produção do saber histórico, e, dependendo da base epistemológica privilegiada, isto é, das concepções de objetividade e de subjetividade e de verdade adotadas, a possibilidade pode tornar-se mais ou menos factível. Para a epistemologia positivista¹²², esta relação pode ser considerada como uma marca de fragilidade a ser superada, enquanto que, para as concepções epistemológicas que reconhecem a especificidade das ciências sociais¹²³, ela pode ser percebida como uma potencialidade constitutiva desse conhecimento que merece ser explorada.

De um lado, o compromisso com a verdade e, portanto, a necessidade de garantir a objetividade, relacionada basicamente “com segurança empírica das informações obtidas através das operações de pesquisa crítica em relação às fontes” (Rüsen, 1998, p.324) fazem com que se olhe com desconfiança a argumentação favorável ao reconhecimento do caráter narrativo do conhecimento

120 Cumpre observar que as noções de verdade e objetividade estão fortemente imbricadas com a própria concepção moderna de História, percebida como realidade temporal do mundo humano. A História passa a ser vista como a estrutura real do mundo que o historiador, através da crítica das fontes, devia desvelar.

121 Rüsen (1997) identifica quatro características do saber histórico decorrentes dessa posição fronteiriça que o senso comum considera como negação de objetividade: retrospectividade, perspectividade, seletividade e particularidade. Expressões como “ciência na infância” (Bloch, apud Prost, 1996, p.172) “ciência suave” (Moniot, 1993, p.68), “ciência em construção” (perspectiva da história dos Annales, apud, Cardoso, 1996, p.184), comumente empregadas para se referir a esse saber, traduzem igualmente a presença dessa “zona vulnerável”.

122 Refiro-me às epistemologias que enfatizam a dimensão objetiva, materialista, em detrimento da dimensão subjetiva no processo de produção de conhecimento.

123 Nessa perspectiva, a História se situa no campo das ciências hermenêuticas, cujos critérios de validade estão fortemente marcados tanto pela especificidade do objeto de investigação privilegiado como pela marca do olhar para a sua apreensão. A especificidade consiste no fato do homem, sujeito que quer conhecer, ser também objeto de investigação privilegiado nessas ciências, redimensionando sensivelmente as questões relativas à subjetividade e à objetividade, presentes em todo processo de produção de conhecimento. Quanto à marca do olhar, as ciências hermenêuticas estariam mais interessadas em dar sentido, oferecer uma grade de leitura para a compreensão do mundo.

histórico. De outro, o reconhecimento da importância das perspectivas subjetivistas — associadas à interpretação e à narração — faz parecer problemática a rigidez da racionalidade metodológica.

O peso conjuntural do momento de crise (da modernidade, da História¹²⁴) contribui, sem dúvida, para acirrar questões já antigas, fazendo ressurgir em cena o confronto de pares dicotômicos, que mesmo o emprego de novas terminologias (micro-história x macro-história, descrição densa x construção teórica, texto x contexto, discurso x narrativa, racionalidade x estética) não esconde as velhas tensões conhecidas, de longa data, dos historiadores (ciência x ficção, verdade x sentido, objetividade x subjetividade, explicação x compreensão, totalidade x fragmento, precisão x estilo ou forma x conteúdo). Expressões e/ou conceitos como “representação” (Chartier, 1988), “ressurgimento da narrativa” (Stone, 1990) “eclipse da narrativa” (Ricoeur, 1983)¹²⁵, sinalizam tendências, posições e disputas no campo da História, em especial da História Cultural, trazendo fôlego novo aos debates.

Apresentando-se como o avesso da ciência histórica moderna, a historiografia pós-moderna coloca em xeque, de forma radical, a zona fronteira entre objetividade e subjetividade. Ataca as bases do processo de racionalização, isto é, as próprias concepções de História e de método histórico acima mencionados. Os defensores das correntes pós-modernas, apoiados nas crises que marcam nossa contemporaneidade em seus diferentes níveis, negam a existência de uma entidade chamada História, tomada como “um único e abrangente processo histórico de evolução da humanidade” (Rüsen, 1997, p.89).

Segundo alguns críticos, identificados com as vertentes mais radicais do paradigma narrativista, o saber histórico — longe de ser fruto de um pensamento orientado racionalmente — desprovido de qualquer base empírica, seria a expressão de interesses particulares e estaria, portanto, muito mais próximo de uma imaginação ficcional a serviço do poder dominante. O conhecimento histórico perde sua dimensão racional, o que abre espaço, nos debates, para a

124 Segundo Falcon (2002), o que está em jogo na chamada “crise da história” é a própria identidade do campo, isto é, a existência real de um objeto a ser investigado pelos historiadores. Nessa expressão, podemos incluir também o impacto causado pelas críticas pós-modernas à própria noção de historicidade, como desenvolverei mais adiante.

125 Trabalhei o primeiro volume da trilogia no original em francês, e os dois outros volumes na versão traduzida. Isso explica o fato de, em algumas referências, aparecer o ano de 1983 (data da primeira edição em francês) e em outras 1995 ou 1997, respectivamente os anos de publicação em português do segundo e terceiro volume)

afirmação da centralidade e da exclusividade da dimensão discursiva, que passa a ser vista como seu único elemento constitutivo.

Nos últimos vinte anos, instaurou-se uma desestabilização na comunidade interpretativa dos historiadores, deixando entrever as disputas entre os dois diferentes regimes de historicidade. É, pois, no embate entre concepções modernas e pós-modernas de História que se manifestam, na atualidade, os limites e as possibilidades desta relação íntima, obrigatória, ambígua e crucial entre História e Linguagem.

Para os fins desta pesquisa, mais importante do que aprofundar esses debates é procurar perceber como essa relação pode ser entendida de forma a oferecer pistas para a apreensão e compreensão da natureza epistemológica específica do saber histórico, passível de constituir “portas de entrada” para a abordagem das tramas da didatização nos quais ele está envolvido.

Desse modo, não cabe aqui tomar partido no dilema de saber se a escrita da História é uma questão epistemológica **ou** apenas literária. Entretanto, algumas questões levantadas pelos críticos pós-modernos, como “Qual seria a estrutura peculiar de uma consciência histórica? Quais são as formas possíveis de representação histórica e quais são suas bases? Ou ainda que autoridades as explicações históricas podem oferecer para um conhecimento seguro da realidade em geral e para as ciências humanas em particular? (Schapochnick, 1996, p.173)”, merecem atenção nesta pesquisa.

Neste eixo do trabalho, o desafio permanece o mesmo: no lugar de enfrentar a questão da cientificidade no âmbito da História em oposição ao universo da Linguagem, procurar identificar formas intermediárias entre diferentes perspectivas, para apostar na articulação entre “narratividade¹²⁶ e objetividade — que parecem excluir-se mutuamente” (Rüsen, 1998) — como a marca específica e fecunda do pensamento histórico moderno.

Tal opção leva-me a assumir, mais no perguntar do que no responder, uma postura pós-moderna. Como nos alerta Fontana (1998, p.31), trata-se de considerar

126 A narratividade, segundo Rüsen, corresponde “ao caráter literário da escrita da História e aos fenômenos e princípios linguísticos que transformam a História numa representação do passado com sentido para as práticas culturais da memória histórica” (Rüsen, 1998, p.312). Tendo como base a definição de discurso de Fairclough, poderíamos aproximar a idéia de narratividade da dimensão propriamente discursiva da prática historiográfica, orientada igualmente por outras práticas (sociais, políticas, culturais, etc). No entanto, como explicitarei no decorrer da minha argumentação, a noção de narrativa histórica aqui privilegiada extrapola a dimensão textual, aproximando-se da abordagem tridimensional e multifuncional da sua noção de Discurso.

alguns dos questionamentos da pós-modernidade sem, no entanto, esquecer das implicações epistemológicas e políticas que estão em jogo.

Sustentar que a Revolução Francesa se reduz ao choque entre práticas discursivas que competem, não esclarece muitas coisas, e dizer como Patrick Joyce, que não é a classe que cria sua linguagem, mas a linguagem que produz a classe, e que esta nada mais é que um , ‘produto discursivo’, não parece ser a forma mais útil de abordarmos, não só a história, mas também os problemas atuais de alguns grupos sociais que, além de ser ‘construídos discursivamente’, apresentam características objetivamente verificáveis que os diferenciam, como a de ter níveis de vida muito distintos. (id.)

Como já foi mencionado anteriormente, a necessidade do diálogo com o campo da linguagem surgiu da busca de adequação da teoria da transposição didática para o âmbito da História. A questão da Linguagem aparece como um elemento suficientemente distintivo entre as ecologias do saber matemático e do saber histórico nas suas respectivas instâncias de produção, para justificar a pertinência de uma adequação ou reelaboração nesse nível. Embora ambos os saberes necessitem da linguagem para tornarem-se visíveis e comunicáveis, no caso da História, esta necessidade assume características peculiares¹²⁷.

Ao contrário das Matemáticas, cuja linguagem se caracteriza pela abstração e pelo formalismo, a História se alimenta de um outro tipo de linguagem, que faz apelo ao mesmo tempo à razão e à imaginação, às fontes e à interpretação, às vivências e à narração, à “coerência teórica” e à “coerência prática” (Rüsen, 1997). Atividade intelectual, a História faz uso de abstrações conceituais de diferentes níveis de elaboração. No entanto, por razões pedagógicas e lógicas, para adquirir sentido para quem os manipula, como historiadores, estudantes ou leitores, esses conceitos necessitam ser representados pela imaginação, através da operação interpretativa. Como afirma Rancière, (1994): “É preciso dar carne às

127 Essa particularidade autoriza buscar pontes com o campo da Lingüística, da Semiótica, da Análise do Discurso, o que já tem sido feito nas últimas décadas por alguns historiadores. No plano da historiografia acadêmica, este diálogo já tem frutos interessantes, tanto em termos de instrumental teórico-metodológico na análise documental — ver no Brasil : Cardoso, C.F., *Ensaio Racionalistas*, Rio de Janeiro, Campus Editora, 1988 (em especial o capítulo *Semiótica, História e Classes Sociais*, p 61-92), Cardoso, C.F, Vainfas, R *História e Análise e textos* In Cardoso, C.F, Vainfas, R.(org), *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997 — como em termos de linhas de pesquisa no âmbito da História Cultural ou da própria teoria da História, que elegem a construção dos discursos, das narrativas, em particular no bojo da historiografia nacional, como objeto de investigação privilegiado. Já no campo da historiografia escolar, a aproximação entre Epistemologia e Linguagem parece ainda bastante tímida

palavras". A escrita da História é simultaneamente do lado do pensamento e do lado do vivido. "Ela é o pensamento de um vivido". (Prost,1996).

Desvendar as tramas de didatização do saber histórico, através da exploração da especificidade da sua dimensão discursiva pareceu-me um caminho fértil a ser trilhado, ainda mais quando consideramos também o que Chevallard chama da "razão de ser" de uma obra capaz de justificar a sua própria existência. No caso da História, esta razão de ser pode ser apreendida na capacidade e autoridade desse saber em oferecer uma modalidade de inteligibilidade para os comportamentos, representações, realizações e ações humanas, passados e presentes.

Na perspectiva teórica adotada nesta pesquisa, falar de modalidade de inteligibilidade requer, por sua vez, buscar um equacionamento para a tensão entre explicação e compreensão no âmbito da História. A leitura dos debates atuais traz à tona a noção de **narrativa**, cujo potencial heurístico tende a ser reavaliado e revalorizado.

(...) desde pouco tempo 'narratólogo', filósofos e alguns historiadores que não têm vergonha de os ler nem de observar sua própria arte com distanciamento, nos convidam a esfregar os olhos e encarar de frente a nossa definição: a narração está no princípio mesmo da história, é uma iniciativa constitutiva, não a prática de uma prestação de contas, é a contribuição de uma inteligibilidade, não a sua imperfeição.^{xlvi} (Moniot, 1993, p.72)

Até época relativamente recente, as discussões em torno dessa noção limitaram-se à condenação da história narrativa. Em sintonia com o processo de modernização e de racionalização desse saber, o combate travado contra a função da narrativa na representação da História, em especial, pelos historiadores da primeira geração da Escola dos *Annales*, fez-se em nome do rigor científico. Associada a tudo¹²⁸ contra o qual se queria lutar, em prol da construção de uma história-problema, científica, a história narrativa, até então triunfante, passa a ser proscrita pela comunidade científica de historiadores.

128 Preocupados em combater uma História que não reconhecia a subjetividade inerente do conhecimento histórico, uma História narrada no nível das fontes, os representantes dos *Annales* condenavam em uma só cartada a História "evenementielle", "batalha", "fatual", orientada pelo paradigma positivista. Interessante observar, todavia, que as correntes positivistas na berlinda não questionavam, nem negavam a necessidade da busca da verdade, da cientificidade deste saber. O que estava em jogo eram registros de cientificidade distintos.

Uma vez que, para esta corrente historiográfica nascente, o objeto da ciência não é mais o indivíduo, mas os grupos sociais, nem tampouco a sequência de acontecimentos, mas os fatos sociais globais, a narrativa — percebida basicamente como dois acontecimentos ou situações ordenadas de forma linear no tempo, sucedendo-se um após outro, e protagonizados por indivíduos promovidos a heróis — torna-se uma linguagem obsoleta e inadequada para dar visibilidade à ciência histórica. Nesta perspectiva, uma linguagem que privilegie, na organização e apresentação dos dados, a modalidade analítica e estrutural, com ênfase, de preferência, nos dados quantitativos, tende a ser cada vez mais privilegiada em detrimento da narração. Consolida-se, pouco a pouco, uma das dicotomias mais correntes do pensamento histórico moderno, que opõe, de um lado, discurso e explicação histórica e, de outro, narrativa e compreensão.

Estudos recentes — Ricoeur (1983-85), Rancière (1994), Hartog (1995), Cardoso (1996) — demonstram, todavia, que o termo narrativa é empregado, de fato, nesses debates, como uma metonímia pela qual um tipo particular de narrativa confunde-se com a própria estrutura narrativa inerente ao saber histórico. Essa metonímia fez escola e deixou consequências profundas, e que ainda persistem, na representação desta disciplina entre historiadores e professores de História.¹²⁹

Como bem assinalou Hartog (1995), os defensores da História científica, ao desvalorizarem a história narrativa, condenavam a forma dessa História conceber o acontecimento, o tempo, o sujeito histórico, o fato, sem, no entanto, problematizar a própria noção de narrativa.

(...) a narrativa não estava na ordem do dia. Somente para recusá-la sob a forma da história narrativa. O que deixava intacto a própria questão da narrativa, na medida em que o objeto primeiro do debate consistia no acontecimento e não na narrativa.^{xlvii} (Hartog, 1995, p.192)

Percebe-se que esta lógica associativa entre narrativa e narração cronológica linear de acontecimentos particulares permanece ainda em algumas das correntes historiográficas mais recentes, identificadas ao paradigma narrativista na perspectiva pós-moderna. Elas tendem a se basear no retorno do acontecimento

¹²⁹ Ver, por exemplo, os depoimentos dos professores ou autores de manuais desta disciplina em pesquisas recentes da área, como, por exemplo, Lautier (1997), Gabriel, (2000), Monteiro (2002).

e/ou do indivíduo, para proclamar o ressurgimento da narrativa. Apesar de perder sua conotação pejorativa, este termo continua sem ser questionado, sendo utilizado, nos últimos vinte anos, para descrever, muitas vezes, o movimento contrário ao processo de racionalização, iniciado no século XIX, isto é, o distanciamento em relação às diferentes formas da História científica.¹³⁰ Como interroga de forma pertinente Hartog (1995, p.187): “É suficiente recusar acontecimento e indivíduo para escapar à narrativa? Ou retomar o acontecimento para falar de retorno da narrativa?”^{xlvi}

Diante dessas reflexões, afirma-se a necessidade de ir além da crítica da história narrativa. Trata-se de desfazer a confusão semântica entre história narrativa e narrativa histórica, apostando na fertilidade teórico-metodológica da última. Tal posicionamento implica em apreender a noção de narrativa¹³¹ não apenas como um estilo possível da escrita histórica, mas também, e principalmente, como elemento constitutivo desse saber, sem necessariamente cair nas armadilhas da pós-modernidade.

Importa, assim, reconhecer a necessidade de questionar a concepção de História moderna como conhecimento dela mesma e atrelada à noção de processo-progresso, sem abrir mão da pertinência e importância da dimensão racional e objetiva desse conhecimento. Como afirma Cardoso (1996), trata-se de diferenciar e articular tarefa narrativa, tarefa teórica e a narrativa histórica:

130 Nestas perspectivas, as noções de narrativa e intriga aparecem nos argumentos narrativistas com o objetivo de reforçar as semelhanças entre o saber histórico a narrativa como gênero literário em detrimento da sua cientificidade. Não é esse, todavia, meu propósito. Utilizo essas expressões na perspectiva adotada por Paul Ricoeur, como explicitarei mais adiante

131 Conceituar narrativa no âmbito da teoria literária não é tarefa das mais fáceis. Para os fins desta pesquisa, o conceito de narrativa como gênero literário é caracterizado essencialmente pelo desenvolvimento de uma ação que implique em mudança. Isto significa que o que distingue a narrativa de outros gêneros não é apenas a existência de personagens, lugar e tema, mas sim, e sobretudo, a presença da ação. Como afirma Todorov (1978, p.66) "Só a descrição não basta para fazer uma narrativa (...)". Ricoeur define narrativa como sendo todas as obras que de uma maneira ou de outra visam a criar uma mimesis (imitação) da ação. Blancafort (2000, p.14, apud Monteiro, 2002 p.231) identifica os seguintes aspectos que estão presentes de forma articulada em uma estrutura narrativa: temporalidade (existe uma sucessão de acontecimentos que avança); unidade temática (garantida por pelo menos um sujeito ator individual ou coletivo agente ou paciente); transformações (os estados e as características mudam); unidade de ação através de um processo integrador: de uma situação inicial se chega a uma unidade final, a um desfecho, através do processo de transformação) e causalidade (há intriga, que se cria através das relações causais entre os acontecimentos). Esta forma de entendimento da narrativa permite sublinhar duas idéias centrais — ação e tempo — presentes nesse tipo de elaboração discursiva, que, por sua vez, nos remete ao âmago da especificidade do saber histórico.

Tais definições indicam desde já algumas consequências marcantes. Em primeiro lugar, que todo trabalho historiográfico pode ser amplamente definido como uma narrativa. Em segundo lugar, que ao afirmar ou negar que a história seja narrativa, os historiadores não estão se referindo somente à maneira de escrevê-la (ao uso da narrativa), mas igualmente considerando a sua exterioridade ou interioridade com relação ao seu trabalho,...). Portanto temos que todo historiador concebe uma narrativa, mas o comprometimento desta com o conjunto do seu trabalho poderá ser considerado essencial ou acessório em relação aos seus objetivos teóricos. (Cardoso, 1996, p.181)

Nessa linha de pensamento, historiadores¹³² como Koselleck (1990,1997), Cardoso (1996), Rüsen, (1997,1998) e Dosse (1999) têm trazido contribuições teóricas importantes para se pensar a noção de narrativa como uma forma alternativa para lidar com as velhas tensões que marcam o campo.

Diante da impossibilidade de aprofundar-me sobre as particularidades das contribuições de cada um desses autores, optei por incorporar alguns aspectos de suas reflexões e algumas de suas elaborações teóricas que ajudem a construir minha argumentação favorável, nesta pesquisa, à utilização da noção de narrativa como categoria operatória de análise.

A mudança no entendimento da noção de narrativa, propiciando a emergência de uma nova perspectiva teórica no campo da História, deve-se muito às reflexões desenvolvidas no âmbito da hermenêutica, em especial aos trabalhos

132 Importante ressaltar que as discussões epistemológicas no âmbito da História têm uma tradição muito mais sólida entre os historiadores alemães do que entre os franceses. O diálogo entre filosofia e história na França foi sempre mais difícil do que na Alemanha. Foi preciso esperar a década de 80 do século passado, que trouxe as contribuições de Paul Ricoeur, para que esse diálogo tomasse novos rumos e se consolidasse. Esta observação torna-se relevante, tendo-se em vista a influência da historiografia francesa na historiografia brasileira, justificando, em parte, a ausência de uma tradição de pesquisa sobre essas temáticas entre os historiadores brasileiros.

de Paul Ricoeur¹³³. Sua reflexão sobre as aporias do tempo e, em especial, sobre o tempo histórico possibilitou, segundo Chartier (apud Dosse, 1999), a entrada da operação historiográfica na idade interpretativa, ao afirmar, como o faz Dosse, que “a história é uma hermenêutica” (1999a, p.79).

Importa observar, contudo, que se trata de uma concepção de hermenêutica que se distancia da visão romântica, e cujo projeto de “fazer progredir a compreensão do Outro” tem como preocupação “captar a camada objetivada da compreensão” (Dosse 1999a, p.80). Nesta perspectiva, o projeto hermenêutico traz uma contribuição inestimável à reflexão das próprias condições de ser da História. Ao afirmar que “a vida só capta a vida pela mediação das unidades de sentido que se elevam acima do fluxo histórico”, Ricoeur (apud Dosse, 1999a, p.80) explicita o desafio colocado aos historiadores nessa tarefa de mediação entre passado, presente e futuro. Ele evidencia o papel central desempenhado pelo tempo histórico, isto é, o tempo inventado e narrado pelos historiadores ou, como ele o denomina, terceiro tempo, na natureza epistemológica e axiológica deste saber.

O tempo torna-se tempo humano na medida em que ele é articulado na forma narrativa, em contrapartida, a narrativa é significativa na medida em que delineia os traços da experiência temporal.^{xlix} (Ricoeur, 1983, p.17)

133 Refiro-me especialmente à trilogia *Temps et Récit*, publicada entre 1983 e 1985. A preocupação maior deste filósofo, nesta obra, é a de procurar pistas alternativas para pensar as aporias do tempo capazes de superar as visões dicotômicas que tendem a opor tempo cosmológico, “tempo do mundo” ou “tempo vulgar” (o tempo que passa e deixa ver os seus efeitos) e tempo vivido íntimo subjetivo, vivido por cada um de nós. Sua tese central é afirmar a potencialidade teórica do “tempo narrado” (tanto na historiografia como nas obras de ficção), que funciona como uma mediação entre essas duas concepções de tempo. Para fundamentar esta tese, Ricoeur vai buscar articular as contribuições de ambas formas narrativas (história e ficção), estabelecendo diferenças e semelhanças entre os processos de refiguração do tempo realizadas por cada uma dessas modalidades de inteligibilidade narrativa. Nesta perspectiva, Ricoeur identifica e analisa os aspectos que permitem tanto falar de “ficcionalização da história” como da “historicização da ficção”. No que diz respeito mais diretamente a esta pesquisa, importa sublinhar as contribuições de Ricoeur para a reflexão sobre a natureza epistemológica do saber histórico, em particular no que concerne às concepções de “realidade histórica” e tempo histórico” que, articuladas com a noção de intriga, re-significam o conceito de narrativa de forma a ir ao encontro das minhas buscas nesta pesquisa, como explicitarei ao longo de minha argumentação. Cumpre observar ainda que este filósofo, desde a década de 50, tem refletido sobre a teoria da História na perspectiva hermenêutica. As lutas de representação internas no campo da historiografia francesa, favorável à legitimação das correntes da Nova História (em especial a segunda geração dos Annales), no entanto, podem ter dificultado, no meu entender, a incorporação, até época recente, das reflexões deste filósofo pelos historiadores.

Percebe-se, assim, que, para esse filósofo, a dimensão narrativa do conhecimento histórico deve ser entendida de forma estreitamente articulada à noção de tempo histórico e vice-versa¹³⁴. Como afirma Ricoeur, o desafio consiste em pensar a “narrativa como o guardião do tempo, na medida em que só haveria tempo pensado quando narrado” (Ricoeur, 1997, p.417).

Tendo como base o estudo aprofundado e comparativo de domínios diferenciados, como o da crítica literária, o da fenomenologia hermenêutica do tempo e o da teoria da História¹³⁵, Ricoeur conclui que a História, apesar de não poder ser classificada como um gênero literário, não pode “romper completamente com a narrativa sem abandonar o seu caráter histórico”¹ (Ricoeur, 1983, p.250). Consolida-se, assim, a possibilidade de conceber o discurso histórico — entendido como uma forma de configuração narrativa — na pauta de uma “epistemologia mista” (Ricoeur, apud Dosse, 1999a, p.76), capaz de absorver a tensão que lhe é própria, entre a construção de sentido e a busca da verdade, entre compreensão e explicação¹³⁶, abrindo o caminho para que a História possa ser considerada, como sugere Prost (1996, p.275), “uma narrativa na forma de um discurso”.^{li}

Para os fins deste estudo, importa sublinhar as estratégias argumentativas empregadas para evidenciar as marcas distintivas que fazem do conceito de narrativa histórica, elaborado no seio dessa guinada interpretativa, um caminho

134 A reciprocidade entre narração e temporalidade é sustentada tendo como base o estudo do pensamento dos filósofos Santo Agostinho (Confissões) e Aristóteles (Poética). No primeiro autor, Ricoeur busca inspiração para pensar sobre as aporias do tempo, do segundo, ele incorpora a teoria da intriga, que permite apreender a organização inteligível da narrativa. Importa observar que esses problemáticas não aparecem articuladas em nenhum desses dois autores, cabendo, pois, a Ricoeur esse empreendimento. Agostinho permite pensar a distensão, continuidade e discordância no tempo como a marca da experiência viva humana, enquanto Aristóteles propicia pensar a narrativa como uma atividade eminentemente verbal, compensadora da discordância apontada por Agostinho. A aproximação e reelaboração de algumas das idéias-chaves desses dois filósofos — como, por exemplo, no âmbito da Poética de Aristóteles, mimesis (processo ativo de imitar ou de representar remetendo à noção de discurso) e muthos (agenciamento dos fatos remetendo a noção de intriga) — permitiu a Ricoeur encontrar, na noção de tempo narrado, uma solução para a tensão tempo cósmico ou físico e tempo íntimo e subjetivo.

135 Ricoeur centra sua análise nos fundamentos do pensamento histórico e de sua escrita em diferentes tradições historiográficas. Merece destaque a influência das reflexões sobre a semântica dos tempos modernos, desenvolvida no bojo da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, em especial para pensar a unicidade do tempo histórico como alternativa para a perspectiva hegeliana.

136 Para Hartog (1995), a maior contribuição deste filósofo para a teoria da História consiste justamente no fato de dar visibilidade a uma outra forma possível de narrativa, um outro tipo de intriga, específico ao saber histórico. Tendo como base a análise da obra “O mediterrâneo na época de Filipe II”, de Fernand Braudel — um dos maiores representantes da historiografia francesa contemporânea, comprometido com a cientificidade desse conhecimento — Ricoeur demonstra que o discurso da História pertence à classe das narrativas, ainda que não a um tipo qualquer de narrativa.

seguro para pensar a natureza epistemológica e axiológica do saber histórico em sintonia com as questões centrais desta pesquisa.

Em primeiro lugar, o entendimento da articulação entre tempo e narrativa pressupõe a compreensão do significado atribuído a essas noções na teoria da interpretação proposta por Ricoeur. No caso da noção de narrativa, trata-se de explorar a potencialidade heurística do conceito de intriga ou enredo — ao qual ela está intimamente articulada —, que permite resgatar a especificidade e complexidade do objeto da História, sem que seja necessário negar a ambigüidade que ela traz no seu próprio nome. Quanto à noção de tempo histórico importa pensá-lo tanto na sua função de mediação (tempo narrado), como na sua tarefa de totalização (visto como um “singular coletivo”), que serve de pano de fundo para esta mediação.

Uma das características centrais da abordagem de Ricoeur consiste no fato de a inteligibilidade narrativa basear-se em um triplo movimento interpretativo que extrapola o momento de configuração narrativa propriamente dita. A formação de enredo (“*la mise en intrigue*”) deve ser apreendida na sua função de mediação entre um momento de prefiguração e um momento de refiguração. O momento que a antecede corresponde à estrutura da práxis humana anterior ao trabalho de configuração pela narrativa histórica ou pela narrativa de ficção. Ricoeur chama esta situação pré-figurativa de “situação pré-narrativa da experiência”^{lii} (Ricoeur, 1983, p.117). É o momento de pré-compreensão, onde estão presentes conceitos, normas e valores, procedimentos que instrumentalizam o autor, leitor ou espectador a proceder a uma leitura do mundo. O reconhecimento deste momento prévio corresponde a afirmar que já nos achamos, antes da construção da narrativa, situados na ordem do sentido e, portanto, da verdade possível.

(...) a pré-compreensão do mundo, sob o regime de mimesis I, é caracterizada pelo domínio da rede de intersignificações constitutivas da semântica da ação, pela familiaridade com as mediações simbólicas e com os recursos pré-narrativos do agir humano.^{liii} (Ricoeur, 1983, p.123)

O momento que sucede à configuração narrativa — o de refiguração — refere-se ao encontro do mundo do leitor com o mundo do texto. É o momento no qual a narrativa atinge seu sentido pleno, na medida em que é restituída ao tempo

da ação efetiva, isto é, ao mundo da vida do leitor. Como afirma Ricoeur (1983, p.117): “O texto só se transforma em obra na interação entre texto e receptor”^{liv}. A noção de enredo emerge, assim, como uma “síntese temporal do heterogêneo”, integradora de uma rede de significados e tornada visível na configuração narrativa, cuja compreensão está sempre aberta a novas leituras¹³⁷.

A concepção de narrativa tridimensional (prefiguração prática, configuração epistêmica e refiguração hermenêutica) oferece subsídios teóricos para enfrentar os dilemas que se colocaram para a concepção moderna deste saber. Dessa forma, argumento que uma das contribuições mais fecundas do conceito de narrativa, articulado tanto à noção de intriga como à de tempo histórico, consiste em propor saídas alternativas para a chamada crise da história, na medida em que ajuda no enfrentamento de duas das tensões — objetividade/subjetividade e totalidade/fragmentação — que estão no centro do debate suscitado pelas críticas pós-modernas.¹³⁸

No que diz respeito à primeira polaridade, o conceito de narrativa pode ser visto como uma alternativa fecunda para lidar com este desafio (a crise representacional), tanto em termos ontológicos — permitindo caracterizar a realidade histórica em torno da qual se constroem as tramas da narrativa — como em termos de explicação histórica e configuração por armação de intriga, que envolve a seleção dos temas, personagens, recortes temporais, unidade de ação, relações causais, etc, articuladas em uma ordem discursiva específica.

137 Cumpre, desde já, sublinhar as aproximações possíveis entre o conceito de discurso de Fairclough e a concepção de narrativa tridimensional do programa hermenêutico de Ricoeur (prefiguração prática, configuração epistêmica e refiguração hermenêutica). Assim como para Fairclough, o discurso deve ser apreendido como prática discursiva (linguagem, texto escrito e/ou falado) e prática social, para Ricoeur, a configuração narrativa (dimensão criativa, textual) está envolvida em práticas não-discursivas de orientação cultural, política, tanto nas suas fases pré-figurativas como refigurativas.

138 Refiro-me, em particular, às crises de historicidade e de representação denunciadas pelos críticos pós-modernos. A primeira, percebida como a “de um enfraquecimento da historicidade” (Jameson, 1997, p.68) diz respeito à problemática da percepção do tempo histórico, onde as noções de passado, futuro, duração e periodização — que não deixam de ser uma operação mental totalizante — são questionadas e substituídas pela lógica espacial do simulacro (Jameson: 1997 :45). Algumas tendências pós-modernas rejeitam toda noção de continuidade, questionando os nexos causais entre passado e presente e futuro, o mito das origens, contrapondo uma concepção temporal marcada por um forte presentismo. Quanto à segunda, ela pode ser traduzida pelas questões que giram em torno das modalidades de articulação entre sujeito e objeto, presentes na concepção da base epistemológica privilegiada. A crise representacional é comumente associada às implicações do movimento que passou a ser conhecido por virada lingüística, e que se traduz pelo lugar central que passa a ocupar a linguagem nas explicações do mundo, elaboradas pelas teorias pós-modernas, especialmente pelas pós-estruturalistas.

A discussão sobre a dimensão ontológica pode ser resumida em torno da inevitável questão de difícil resposta: o que estamos querendo dizer quando afirmamos que algo realmente aconteceu? O que está em jogo aqui é a forma de significar a relação passado-presente, ou melhor, o entendimento sobre a persistência do passado no presente. Ricoeur contribui para pensar a questão tanto quando constrói o conceito de representância como quando analisa a problemática dos vestígios, rastros, documentos, considerados por ele como conectores¹³⁹ elaborados pelos historiadores para permitir ao tempo histórico realizar seu trabalho de mediação. O conceito de representância é criado justamente com o intuito de nomear o duplo estatuto de realidade (vivência) e ficção (imaginação, representação), que caracteriza a especificidade do objeto da pesquisa histórica (Dosse, 1999a, p.88).

Somente a historiografia pode reivindicar uma referência que se inscreve na empiria, na medida em que a intencionalidade histórica visa aos acontecimentos que ocorreram efetivamente. Mesmo se o passado não é mais, segundo a expressão de Agostinho, que ele só possa ser alcançado no presente do passado, quer dizer, através dos traços do passado, transformados em documentos pelo historiador, ele ocorreu. (Ricoeur, 1983, p.123).

Essa especificidade do objeto, como confirma Moniot, caracteriza-se por ser um objeto antes de tudo narrável, pressupondo o estabelecimento de uma unidade de sentidos que permita que se conte uma história compreensível.

Que a história seja intimamente narrativa é no fundo bem previsível, já que, em seu nome nos interessamos pelos indivíduos (de todos os tamanhos e de todas as consistências), não apenas pelas generalidades do mundo, mas, principalmente pelos indivíduos ‘humanos’, quer dizer, seres que realizaram ações, tiveram vontades, cumpriram destinos, viveram mudanças, realizaram obras... e isso se narra!, Tanto os atos como os acontecimentos, tudo o que ‘acontece’... não é menos constitutivo da realidade de nosso mundo que os ‘objetos’: seres, coisas, obras...^{lv} (Moniot, 1993, p.74)

Narrável e memorável, na medida em que a realidade histórica refere-se ao ter-sido, isto é, ao passado, ao mesmo tempo, abolido e preservado em seus rastros. O conceito de representância permite, pois, a crítica a uma visão ingênu

139 Segundo Ricoeur, o trabalho de mediação, realizado pelo tempo histórico, faz com que sejam elaborados instrumentos de pensamento capazes de assegurar essa mediação. Esses instrumentos, chamados de conectores, são tais como: o calendário, a noção de sequência de gerações — que engloba as noções de contemporâneos, predecessores e sucessores — e os rastros ou vestígios, responsáveis pela articulação entre o tempo cósmico e o tempo vivido.

de realidade tanto mais necessária quando esta realidade traz consigo a noção de “passadidade”. “A passadidade de uma observação no passado não é ela própria observável, mas memorável” (Ricoeur, 1997, p.274). O conceito de representância permite pensar também a modalidade analógica de apreensão do passado que mobiliza a idéia de “como se”¹⁴⁰, considerada como recurso de produção de sentido mais adequado desse tipo de realidade. “O Análogo, precisamente, guarda consigo a força da reafirmação e do distanciamento na medida em que ser-como é ser e não ser” (Ricoeur, 1997, p.261)

Rüsen se aproxima das idéias de Ricoeur, quando discute a questão da objetividade histórica em termos ontológicos. Apesar de não utilizar o conceito de representância, esse autor deixa clara a estreita relação entre objetividade e subjetividade na apreensão da realidade histórica.

Para Rüsen, o confronto com a vivência distancia o saber histórico do campo da ficção, na medida em que indica que aquilo em torno do qual se constrói a intriga, a narrativa, não pode ser inventado:

(...) a interpretação histórica não pode ultrapassar os limites da vivência ao fazer afirmações sobre o que aconteceu no passado, quando, onde, como e por que algo se deu ou não. (Rüsen, 1998, p.328).

A assunção dessa modalidade de objetividade ontológica, embora limite, não nega a dimensão subjetiva, presente quando os historiadores lidam empiricamente com o passado. No trabalho de crítica documental, a dimensão subjetiva está presente no ponto de vista privilegiado pelo historiador na construção de sua intriga, responsável pelo sentido da relação especificamente histórica entre passado e presente. É o que Dosse (1999a, p.78) chama de “juízo de importância” do historiador, aquilo que preside a seleção das variáveis do enredo. No processo de construção da intriga, antes de tomar a forma de texto, os historiadores mobilizam estratégias interpretativas, a partir das quais a intriga é construída: escolha do recorte temporal, de personagens, de cenários, de escalas de observação, e de tipos de explicação. “A construção da intriga é o ato fundador

140 Ricoeur identifica três modalidades de pensar o passado: o passado sob o signo do Mesmo, sob o signo do Outro e sob o signo do Análogo. A primeira modalidade tende a apagar a distância entre passado e presente, fundido as duas temporalidades no presente do historiador.; a segunda parte do pressuposto inverso e reforça o distanciamento entre passado e presente. A terceira modalidade opera na dialética do Mesmo e do Outro, da continuidade e da mudança, da familiaridade e do estranhamento na busca permanente de sentido.

pelo qual o historiador recorta um objeto particular na trama de acontecimentos infinitos da história”¹⁴¹ (Prost, 1996, p.246).

Quanto à objetividade em termos de explicação histórica, a posição de Ricoeur evidencia-se na discussão dos procedimentos específicos da operação historiográfica. Neste plano, o autor mantém a mesma linha de argumentação, dialogando com e contra os representantes tanto das correntes científicas como das correntes narrativistas e procurando articular as respectivas contribuições de forma a sustentar sua própria tese.

A aproximação com as teorias narrativistas¹⁴¹ permite reconhecer uma forma de explicação interna ao próprio ato de narrar: narrar já é explicar, através da conexão lógica do tecer da intriga (um por causa do outro). Essa relação causal não deve ser confundida com a sequência cronológica (um após o outro), permitindo distinguir a História da Crônica. O reconhecimento de um nexos lógico (não necessária e exclusivamente cronológico) pressupõe levar em consideração uma forma de inteligibilidade característica do senso comum, que consiste na competência em acompanhar uma história. Tal característica presente nas configurações narrativas — fundamental quando nos situamos no terreno da epistemologia escolar — já está presente no momento da pré-compreensão: “Os dois modos narrativos são precedidos pelo uso da narrativa na vida cotidiana.” (Ricoeur, 1995, p.280)

Outro aspecto valorizado pelo autor em relação à abordagem da explicação histórica pela teoria literária é a contribuição desta para repensar o papel do ponto de vista do narrador desvinculado do ponto de vista dos personagens na construção da intriga, permitindo dessa forma a reintrodução do historiador na intriga¹⁴².

Ricoeur sublinha ainda que a explicação histórica mantém laços com a narrativa de ficção, na medida em que faz igualmente uso da imaginação, operando, dessa forma, com um registro de objetividade marcado pela incompletude, compensada pela mediação da subjetividade. “(...) a

141 Trata-se principalmente, neste aspecto, do diálogo com a historiografia anglo-saxônica.

142 Isto se deve ao fato da lógica da frase narrativa operar com posições temporais distintas que permitem esse tipo de diferenciação. No plano do enunciado, já estão presentes duas posições: a do acontecimento descrito e a do acontecimento em razão do qual ele é descrito, sem falar do plano da enunciação que se situa em outra posição temporal, a do narrador.

intencionalidade histórica só se efetua incorporando a sua intenção os recursos de ficcionalização que dependem do imaginário narrativo.” (Ricoeur, 1997, p.177)

No entanto, a aproximação com as teorias narrativistas não impede Ricoeur de perceber os seus limites, quando se trata da narrativa histórica. Ele identifica três níveis de cortes epistemológicos que justificam esse distanciamento: o dos procedimentos, o das entidades e o das temporalidades. Ricoeur inicia sua argumentação sublinhando o fato do saber histórico proceder de pesquisa. A afirmação pressupõe reconhecer a dimensão racional desse saber. Mesmo admitindo que o ato de narrar comporta elementos de explicação (a narrativa é auto-explicativa, explicação pela intriga), Ricoeur insiste na especificidade da forma explicativa do saber histórico que, ao incorporar a problematização e a crítica, distancia-se das tramas da narrativa de ficção.

Uma coisa é explicar contando. Outra é problematizar a própria explicação, submetê-la à discussão e ao julgamento de um auditório, senão universal, ao menos, reputado competente, composto primeiramente dos pares do historiador.^{lvii} (Ricoeur, 1983, p.247)

O corte epistemológico que se opera no plano dos procedimentos está diretamente relacionado com a autonomização da explicação histórica e se justifica por três aspectos inerentes à natureza deste saber: a necessidade de conceituação, a procura de objetividade e os limites dessa objetividade. A problematização, nesse nível, dá-se em torno da causalidade em História. Trata-se de buscar um elemento de mediação entre a explicação nomológica (por leis) e a explicação pela intriga (associada à compreensão).

Esse autor deixa claro que a procura de objetividade, por mais frágil e exposta a tantos questionamentos, por mais incompleta, é uma pretensão sempre presente no projeto de pesquisa histórica. O historiador não pode se permitir apenas contar uma história, ele se vê na obrigação de autenticar sua narrativa. Para tal, o historiador trabalha na pauta da flexibilidade crítica, que lhe permite discernir, da sua argumentação, a implicação ideológica, limitando-se, assim, à subjetividade inerente à produção do conhecimento. Quando o historiador estabelece relações entre as vivências que compõem uma intriga, argumenta ao mesmo tempo sobre o porquê da escolha de um fator e não de outro, para explicar uma sequência de acontecimentos.

Rüsen (1998), ao propor o conceito de narratividade, também se aproxima das idéias de Ricoeur sobre a explicação histórica.

Através [do princípio da narratividade] podia-se (e ainda se pode) mostrar e fundamentar que e por que o pensamento histórico persegue uma outra estratégia de explicação do que aquele modo de pensar científico pelo qual para dar-se uma explicação, deve passar-se pelo desenvolvimento e pela aplicação de regularidades. (Rüsen, 1998, p.313)

Aproximando-se da idéia de “reflexibilidade crítica” presente no pensamento de Ricoeur, Rüsen (1998, p.330) destaca a importância da existência “de critérios racionais de intersubjetividade que garantem a consistência e coerência de uma narrativa histórica”. Para este autor, a consistência deve ser buscada tanto na coerência teórica como na coerência prática da argumentação e do discurso do historiador. O nível de objetividade — visto por Rüsen como intersubjetividade — é que permite assegurar a plausibilidade de uma narração histórica.

Em oposição aos críticos pós-modernos¹⁴³ que enfatizam as metáforas como o elemento responsável pelo sentido histórico, Rüsen considera o processo de conceituação fundamental para assegurar a transparência necessária da argumentação em um quadro de significância determinado. Como afirma o autor (1998, p.331):

A interpretação deveria ocorrer dentro de um contexto conceitual explicitado. Através de instrumentos conceituais localizados dentro de um formato mais ou menos teórico, a interpretação histórica adquire um determinado grau de reflexibilidade, que fortalece os elementos de racionalidade explanatória, no narrar de uma história sobre o passado e, com isso, dá ao sentido dessa história uma forma argumentativa, na qual ela é endereçada à competência racional daquele a quem ela é narrada.

Quanto ao segundo nível de coerência abordado por Rüsen — a coerência prática —, está relacionado com a idéia de uma racionalidade prática que é acionada no processo de regulamentação de diferenças e tensões existentes em

143 Interessante observar que, neste aspecto, Ricoeur aponta como limites das contribuições dos narrativistas não tanto o uso de metáforas, mas a ausência, na abordagem tropológica, do estabelecimento de relações entre as figuras e o conceito de representância. Com efeito, quando Ricoeur argumenta a favor da apreensão do passado sob o signo do Análogo, como já mencionado, ele se aproxima das perspectivas narrativistas que enfatizam o uso das figuras de linguagem na construção de sentido em História.

uma determinada sociedade. Trata-se de buscar a plausibilidade da narração histórica, em termos de adequação à função prática de orientação cultural da vida humana inerente a essa forma de saber. Tal dimensão nos remete diretamente às lutas de representação pela hegemonia econômica, política e cultural que afloram na sociedade, onde a narrativa é elaborada. Essas lutas podem ser evidenciadas “nas estratégias conflituosas da formação de identidade como tentativa de atingir um equilíbrio viável entre autovalorização e reconhecimento social dentro da concepção de identidade histórica.” (Rüsen, 1998, p.332).

A introdução da coerência prática da intersubjetividade permite pensar o saber histórico como um saber que não exclui os traços coloridos da vida prática, onde emoções, imaginação, poder, interesses, são seus elementos constitutivos. Reconhecer esta coerência é negar a pseudo-neutralidade, sem abrir mão da objetividade e da racionalidade do conhecimento histórico. O desafio é saber como usar as armas da narrativa histórica a favor da inclusão das diferenças (de posições, de perspectivas, de identidades) na interpretação histórica, de forma a não cair nas armadilhas do relativismo epistemológico e/ou cultural.

Só através da interpretação é que as informações seguras sobre as vivências obtidas por intermédio da crítica às fontes adquirem sua forma especificamente histórica e são integradas na estrutura linguística, dentro da qual podem exercer a sua orientação cultural. Como operação metodológica da pesquisa histórica, a interpretação representa a objetividade. Mas, por outro lado, ao representar uma perspectiva histórica na qual a vivência do passado está relacionada a problemas de orientação do presente, a interpretação traz ao mesmo tempo a subjetividade como contribuição constitutiva do conhecimento para dentro da construção da narração. Objetividade e subjetividade são duas faces da mesma coisa. (Rüsen, 1998, p.322)

Ainda em termos da problemática da explicação histórica, algumas reflexões de Ricoeur, que contribuem igualmente para pensar sobre as particularidades de alguns dos ingredientes que compõem a narrativa histórica, merecem que nos detemos. No que diz respeito aos personagens/sujeitos sociais, o autor chama a atenção para o fato de que, enquanto nas narrativas tradicionais, as ações, os feitos, são atribuídos a agentes de fácil identificação (possível designá-los pelo próprio nome, ou de responsabilizá-los por determinadas ações), na narrativa histórica de cunho científico, tenderam a ser substituídos por entidades anônimas

políticas (nação, sociedades, povo, civilizações, classes sociais, etc.).¹⁴⁴ No entanto, Ricoeur não tem dificuldade em mostrar que essas entidades se apresentam como personagens, ou “quase-personagens”, que são verdadeiros atores das intrigas nas quais estão envolvidos, portadores de idéias, sentimentos, sonhos e projetos, protagonizando, seja como agentes ou pacientes, diferentes tipos de ações e de realizações.

Ricoeur oferece, também, subsídios para que a própria noção de acontecimento seja repensada. Os historiadores, como cientistas sociais, constroem e operam com temporalidades de ritmos e durações diferentes (curta, média e longa duração), desde há quase meio século, afastando-se da concepção de acontecimento privilegiada pela História narrativa. No lugar de eventos contingentes, únicos, de breve duração e articulados comumente à esfera política-institucional, os historiadores passaram a se interessar por estruturas econômicas, sociais, mentais, cujo ritmo de transformação é muito mais lento, quase imperceptível. No lugar da continuidade, a descontinuidade, no lugar da efemeridade do acontecimento, o peso das grandes estruturas. As reflexões de Ricoeur contribuem, no entanto, para provar que, por detrás desta aparente descontinuidade, o fio da trama não é nunca completamente rompido.

Com efeito, Paul Ricoeur, leitor de *La Méditerranée* de Braudel não teve dificuldade de fazer aparecer no livro, com seus três níveis voluntariamente distintos, a trama da narrativa. O declínio do Mediterrâneo e a sua saída da grande história, tal é a intriga global, mas virtual, da qual participam os três níveis e as três temporalidades.^{lviii} (Hartog, 1995, p.192)

Modifica-se, assim, a noção de acontecimento, que deixa de ser rechaçado e passa a ser percebido como uma variável da intriga, podendo ser apreendido a partir de qualquer nível e/ou duração. Um mesmo acontecimento pode ser tratado de maneira diferente, em função do enredo no qual está inserido. Como um dos ingredientes do enredo, seu sentido só pode ser apreendido no processo interpretativo. Como afirma Dosse (1999a, p.90), “a constituição do acontecimento depende de sua transformação em enredo”. Esta mesma idéia está presente quando Audiger, Crémieux & Tutieux-Guillon afirmam (1994, p.12):

144 Este autonomização dos sujeitos históricos atingiu sua expressão mais completa, segundo este autor, no seio da tradição da Escola dos Annales, onde, com o apagamento da História política, em nome das abordagens socioeconômicas e culturais, emerge uma História aparentemente sem personagens, logo, uma História aparentemente não narrativa.

O sentido não está no acontecimento, ele está na maneira pela qual nós o construímos. Qualquer que seja a escolha feita, um acontecimento só ganha sentido quando posto em relação com um antes e um depois, em uma sequência narrativa que situa o enunciado em uma certa perspectiva.^{lix}

Ao permitir repensar a questão da objetividade/subjetividade à luz da noção de intriga e tempo histórico, o conceito de narrativa traz para a discussão a questão do sentido, da interpretação, que passa a ocupar um lugar central na racionalidade histórica. Emerge deste entrecruzamento de perspectivas o conceito de “identidade narrativa”, cuja fertilidade teórica para pensar as questões desta pesquisa será explorada no próximo capítulo. Por enquanto, importa ressaltar que esse, como os demais conceitos — representância, quase-intriga, quase-personagem, quase-acontecimento, narratividade —, ao explicitar, no plano semântico, a tensão oriunda da dupla polaridade da prática historiadora, permitem situar a História em um “entre-lugar”, caracterizando-a como um

estudo das condições do pensável e o próprio conteúdo deste pensável, entre o explicar e o compreender, entre a subjetividade e a objetividade, entre uma arqueologia do saber e uma teleologia histórica, entre uma idiografia e uma nomotética. (Dosse, 1999a, p.72)

Outra potencialidade da noção de narrativa histórica, que merece ser destacada para os fins desta pesquisa, diz respeito à discussão sobre a totalização em História. A questão pode ser abordada tanto em termos da lógica narrativa como da unicidade do tempo. A primeira abordagem pode ser representada pela metáfora do artesão, utilizada para exemplificar a operação intelectual do historiador. Como o artesão, o historiador não procede das partes ao todo. Ao contrário, é o todo que comanda as partes. Como afirma Prost (1996, p.230),

Diferentemente da indústria, onde as peças são estandardizadas, o artesão não concebe jamais uma peça independente de um conjunto. Na sua mesa de trabalho, o historiador é como o ebanista; ele não começa jamais juntando dois pedaços de madeira quaisquer, ele constrói um móvel.^{lx}

O todo, a noção de apreensão do conjunto, a peça de mobília para o ebanista corresponde ao texto, a obra histórica pronta (ainda que de forma provisória) para o historiador, aparece, assim como uma das noções fundamentais deste saber.

Não se trata de fazer a história de tudo, nem de consolidar perspectivas totalizantes, mas sim de reconhecer a presença e necessidade da escolha de um enredo responsável pela coerência, pela não dissolução da obra histórica. É a noção de intriga que assegura o sentido histórico, extrapolando as informações empíricas, para produzir “um certo tipo de totalização do trabalho do historiador, complementando sua preocupação com o método crítico e com a descoberta da verdade documental.” (Araújo, 1999, p.242)

É sob esse ângulo que, no seio das correntes científicas defensoras da necessidade de construção de uma História total, global, é possível afirmar a presença de uma noção de narrativa, na qual o pressuposto de uma totalidade¹⁴⁵ histórica — uma intriga com início, meio e fim —, que precisa ser explicada e compreendida, funcionaria como uma potência de primeira ordem.

A segunda abordagem implica pensar sobre a relação que a narrativa histórica mantém com o pertencimento de cada de um de nós à História efetiva, seja como agente e/ou paciente. Dito de outra forma, em que medida o tempo narrado permite que nos situemos na mediação entre passado, presente e futuro? O que está em jogo aqui é a própria noção de historicidade, entendida como a capacidade que a História tem de dar uma resposta satisfatória à aporia da fragmentação (passado, presente e futuro) x unicidade do tempo (tempo visto como um singular coletivo). Para Ricoeur:

A função narrativa tomada em toda a sua amplitude (...) define-se a título último por sua ambição de refigurar a condição histórica [a totalidade do curso dos acontecimentos] e assim elevá-la ao nível de consciência histórica [totalidade de narrativas que se relacionam com esse curso de acontecimentos]. (Ricoeur, 1997)

No entanto, apesar de situar historicamente esta discussão no âmbito da modernidade e considerar o tempo histórico — e a própria História — como “singulares coletivos”, Ricoeur reconhece a pertinência em articular passado, presente e futuro, numa totalidade que não seja percebida de forma acabada e definitiva. Neste ponto, a reflexão de Koselleck sobre a semântica dos tempos modernos, de onde emergem as duas categorias - chaves e meta-históricas — espaço de experiência e horizonte de expectativa — é de fundamental importância

145 Dependendo das tradições filosóficas, epistemológicas e historiográficas, essa noção de todo pode estar associada a uma estrutura lógica e/ou cronológica.

para pensar a possibilidade dessa totalidade, através da noção de mediação inacabada, imperfeita, mas essencial para pensar a História e o tempo histórico.

A primeira expressão refere-se à persistência do passado no presente, que se mantém segundo múltiplas estratégias e itinerários que se agrupam e se estratificam “numa estrutura folheada que faz com que o passado assim acumulado, escape a mera cronologia” (id.). Já a segunda expressão traduz a idéia do futuro-tornado-presente, englobando todas as manifestações privadas ou comuns que visam ao futuro (esperança, temor, a preocupação, o desejo, o cálculo racional, a curiosidade, etc). Percebe-se que tanto a experiência como a expectativa estão inscritas no presente, assim entendido como o espaço onde ocorre a dialética entre passado e futuro. Desta forma, a relação estabelecida entre espaço de experiência e horizonte de expectativa vai além da mera oposição, pressupondo um condicionamento mútuo.

Importante sublinhar a potencialidade heurística das categorias meta-históricas, para pensar a natureza do saber histórico. Ricoeur (1997, p.368-70) desenvolve três argumentos que merecem ser destacados neste sentido. O primeiro diz respeito ao fato de tais categorias se referirem às próprias condições de possibilidades do pensamento histórico. Ricoeur (1997, p.369) afirma que elas “governam todas as maneiras como em todos os tempos os homens pensaram sua existência em termos de história: de história feita ou de história dita ou escrita”. O segundo, concerne à variabilidade dos investimentos que as categorias meta-históricas autorizam, conforme as épocas, implicando reconhecer que a relação entre o horizonte de expectativa e o espaço de experiência é ela própria uma relação variável. Por fim, o terceiro argumento implica em articulá-las à razão prática, aproximando-se da argumentação de Rüsen, mencionada anteriormente, sobre a coerência prática da intersubjetividade em História. Importa perceber que a implicação ética e política entre o campo de experiência e horizonte de expectativa é permanente e que, sendo responsável pela manutenção da tensão entre as mesmas, deve evitar um cisma que inviabilizaria a própria possibilidade da História¹⁴⁶. Trata-se de não deixar cair no esquecimento “o jogo complexo de

146 A chamada crise de historicidade pode ser explicada pela tendência, na atualidade, de algumas correntes de pensamento, em distender cada vez mais a relação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, resultando na percepção do mundo presente como um simulacro sem nenhuma perspectiva utópica.

intersignificações que se exerce entre nossas expectativas dirigidas para o futuro e nossas interpretações orientadas para o passado.” (Ricoeur, 1997, p.360)

Os regimes de historicidade se diferenciam, assim, em função da modalidade de articulação atribuída entre essas duas categorias. Para Koselleck, o regime de historicidade inaugurado com a modernidade, em especial com a Revolução Francesa, tem a particularidade de estabelecer uma ruptura entre vivências passadas e expectativas futuras.

Ricoeur identifica três temas que se destacam das análises de Koselleck sobre a caracterização da noção moderna de tempos históricos: a crença em um tempo novo, a aceleração do progresso e a disponibilidade da História (isto é, a crença em que os homens são cada vez mais capazes de fazer sua história). Foram esses temas que mobilizaram “o desdobramento de um novo horizonte de expectativa que, por ricochete, transformou o espaço de experiência em que se depositaram as conquistas do passado” (id., p.363). Se, por um lado, hoje tais temas estão sendo questionados, por outro, não devem ser confundidos com as próprias categorias que autorizam a pensá-los. São mais as categorias universais e a relação estabelecida entre elas no presente, do que propriamente os temas nos que elas são investidas na modernidade, que contribuem para pensar a noção de narrativa histórica como categoria operacional para a apreensão do saber histórico nesta pesquisa.

A totalidade pode ser assim entendida como uma “trama de perspectivas cruzadas entre a expectativa do futuro, a recepção do passado e a vivência do presente” (id., p.359). O tempo narrado constitui, dessa forma, a mediação indispensável entre essas duas categorias.

A assunção da idéia de totalidade, vista como “um jogo de remissões” (id., p.178) entre expectativa (futuro), tradição(passado) e presente, tem implicações importantes para se pensar a natureza epistemológica e axiológica do saber da História. Em primeiro lugar, exige que a possibilidade de pensar o passado deva estar intimamente relacionada com a possibilidade de pensar o futuro pela mediação do presente e vice-versa. As tensões relativas à objetividade e à subjetividade e passado e presente, mencionadas anteriormente, só podem ser compreendidas na sua plenitude se inseridas numa extensão temporal que englobe igualmente o futuro, a noção de projeto ou, como afirma Ricoeur, a noção de “história por fazer”. (id., p.360). Em seguida, esta “reviravolta de estratégia” (id.)

permite repensar as próprias noções de passado, presente e futuro. O passado presentificado associado à noção de tradição¹⁴⁷ deixa de ser visto como algo morto e fechado em si, abrindo-se para o campo das incertezas e múltiplas possibilidades. “É preciso reviver o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, do irrevocável. É preciso reabrir o passado, nele reviver potencialidades não realizadas, contrárias ou até massacradas” (id., p.372). Quanto ao presente, ao invés de estar associado meramente à noção de presença, ele passa a ser visto como um espaço de tensão permanente entre “campo de experiência e horizonte de expectativa”, “como o começo de uma continuação” (id., p.396). Por fim, o futuro se distancia das expectativas meramente utópicas, que provocam a fuga do próprio horizonte de expectativa, e passa a ser visto como “expectativas mais determinadas, portanto, finitas e relativamente modestas, podendo suscitar um compromisso responsável” (id., p.371)

As argumentações, tanto de Ricoeur como de Rüsen, sobre o objeto histórico e a explicação histórica contribuem para reforçar a pertinência da minha escolha em relação à noção de narrativa. O enfoque pelos conceitos¹⁴⁸ pareceu-me, assim, insuficiente como unidade de análise para apreensão dos saberes históricos nesta pesquisa. Por mais que os conceitos ou as redes conceituais sejam elaborações discursivas indispensáveis¹⁴⁹ para a possibilidade da inteligibilidade histórica, constituem uma variável de uma rede discursiva de sentidos, na qual interação de forma dialética compreensão e explicação. Não se trata de minimizar a importância da abordagem conceitual, mas, sim, de inseri-la na rede discursiva, mais abrangente e complexa, que comporta a noção de intriga.

147 Para Ricoeur, a tradição é a dimensão passada do espaço de experiência e deve ser apreendida de forma dialética na relação passado-presente. Nessa perspectiva, são “as tradições — as coisas já ditas enquanto nos são transmitidas ao longo das cadeias de interpretação e de re-interpretação — que asseguram, na recepção do passado pela consciência presente, que a continuidade possa ser vista como uma operação que só se compreende dialeticamente no intercâmbio entre o passado interpretado e o presente interpretante” (Ricoeur, 1997, p.379). É nesse sentido que é possível afirmar “que nunca estamos numa posição absoluta de inovadores, mas sempre de herdeiros. Essa condição está essencialmente ligada à estrutura de linguagem da comunicação em geral e da transmissão dos conteúdos passados em particular.” (id.)

148 Como foi a opção de Chevallard com o conceito de distância.

149 O trabalho de conceitualização é indispensável para o saber histórico. Tanto no plano metodológico, em que se torna necessário transformar ou aproximar os conceitos históricos das representações dos alunos, como em termos lógicos, na medida em que eles pressupõe uma contextualização que articule o geral com o específico. Não é por acaso, como veremos mais adiante, que, no processo de reforma curricular desta disciplina, uma das tendências mais marcantes a partir da década de 80 foi o ensino de História por conceitos.

Tais considerações sobre a potencialidade heurística do conceito de narrativa levaram-me ao terceiro e último eixo de discussão.

^{xli} L'essentiel des oeuvres, grandes ou petites, de la simple oeuverette que l'on découvre en famille à l'oeuvre fondatrice d'une société, (...), nous les rencontrons d'abord non pas "en situation" mais bien in absentia, par le moyen d'un récit qu'on nous en fait, par le truchement d'une narration - occasionnelle, que les circonstances inspirent, ou quasiment sacrée, que la tradition a coulé dans une forme sanctifiée. (Chevallard, 2000a)

^{xlii} En effet, par l'exigence d'explication discursive, la "textualisation" du savoir amène d'abord la délimitation des savoirs "partiels", chacun s'exprimant dans un discours (fictivement) autonome. (Chevallard, 1991, p.58)

^{xliii} L'essentiel est qu'un seuil est franchi au dernier tiers du XVIII^{ème} siècle. Les trois niveaux, les faits, leur récit et leur connaissance scientifique, sont maintenant subsumés sous le seul concept commun d'"histoire" (Geschichte). (Koselleck, 1997, p.27)

^{xliv} (...) la science du passé, mais d'abord comme un espace d'expérience et un instrument de réflexion orientant chaque tentative d'action (...) (Koselleck, 1997, p.72)

^{xlv} La querelle autour de l'histoire, autour de son concept notamment. N'est pas une simple querelle de méthode, de théorie ou de politique scientifique. Elle touche à une dimension politique et sociale profonde du champs sémantique; en effet, une force intégratrice et distanciatrice susceptible de motiver l'action politique est inhérente à ce concept d'histoire, entendu comme concept général du mouvement. (Koselleck, 1997, p.89)

^{xlvi} (...) depuis peu, des "narratologues", des philosophes et quelques historiens Qui ne rougissent pas de les lire, ni d'observer eux-même leur art avec détachement, nous invitent à nous frotter les yeux et à regarder en face notre définition: la narration est au principe même de l'histoire, c'est une initiative constituante, non la pratique d'un compte rendu, c'est l'apport d'une intelligibilité, non son défaut. (Moniot, 1993, p.72)

^{xlvii} (...) le récit n'était pas à l'ordre du jour. Sauf pour le récuser sous la forme de l'histoire-récit. Ce qui laissait intacte la question du récit, dans la mesure où l'objet premier du débat portait sur l'événement et non sur le récit. (Hartog, 1995, p.192)

^{xlviii} Suffit-il de récuser événement et individu pour échapper au récit? Inversement, suffit-il d'évoquer le retour de l'événement pour conclure à un retour au récit? (Hartog, 1995, p.187)

^{xlix} (...) le temps devient temps humain dans la mesure où il est articulé de manière narrative; en retour, le récit est significatif dans la mesure où il dessine les traits de l'expérience temporelle. (Ricoeur, 1983, p.17)

ⁱ (...) rompre complètement avec la narrative sans abandonner son sens historique (...)(Ricoeur, 1983, p.250)

ⁱⁱ C'est un récit dans la forme du discours. (Prost, 1996, p.275)

ⁱⁱⁱ (...) situation pré narrative de l'expérience (...) (Ricoeur, 1983, p.117)

^{liii} (...) la pré-compréhension du monde de l'action, sous le régime de *mimèsis* I, est caractérisée par la maîtrise du réseau d'intersignifications constitutif de la *sémantique de l'action*, par la familiarité avec les *méditations symboliques* et avec les *ressources pré-narratives* de l'agir humain. (Ricoeur, 1983, p.123)

^{liv} Le texte en devient oeuvre que dans l'interaction entre texte et récepteur. (Ricoeur, 1983, p.117)

^{lv} Que l'histoire soit intimement narrative est assez prévisible, au fond, puisque, sous son nom, nous portons intérêt à des individus (de toutes tailles et de toutes consistances), non à la seule généralité du monde, et notamment à des individus humains, c'est-à-dire des êtres qui ont fait des actions, eu des volontés, subi des destins, vécu des changements, faits des oeuvres...voilà qui se raconte! Et les actes et les événements, tout ce qui "arrive"...ce n'est pas moins constitutif de la réalité de notre monde que les "objets": êtres, choses, oeuvres... (Moniot, 1993, p.74)

^{lvi} La construction de l'intrigue est l'acte fondateur par lequel l'historien découpe un objet particulier dans la trame événementielle infinie de l'histoire. (Prost, 1996, p.246)

^{lvii} Une chose est d'expliquer en racontant. Une autre est de problématiser l'explication elle-même pour la soumettre à la discussion et au jugement d'un auditoire, sinon universel, du moins réputé compétant, composé d'abord des pairs de l'historien. (Ricoeur, 1983, p.247)

^{lviii} De fait, Paul Ricoeur, lecteur de la Méditerranée de Braudel, n'a pas de peine à faire apparaître dans le livre, avec ses trois étages volontairement distincts, la trame d'un récit. Le déclin de la Méditerranée et sa sortie de la grande histoire, telle est l'intrigue globale mais virtuelle, à laquelle concourent les trois niveaux et les trois temporalités. (Hartog, 1995, p.192)

^{lix} Le sens n'est pas dans l'événement, il est dans la manière dont on le construit. Quelque soit le choix fait, un événement ne prend de sens que mis en relation avec un avant et un après dans une

séquence narrative qui en situe l'énoncé dans une certaine perspective. (Audiger, Crémieux & Tutieux-Guillon, 1994, p.12)

^{lx} A la différence de l'industrie, où les pièces sont stadardisées, l'artisan ne conçoit jamais une pièce indépendamment d'un ensemble. A son établi, l'historien est comme l'ébéniste; il n'entreprend jamais d'assembler deux morceaux de bois quelconques: il bâtit un meuble (...)(Prost, 1996, p.239)